



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

## PROCESSO ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES Nº 049/2026

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026

UASG: 987889 - NÚMERO DO COMPRASGOV 90020/2026

Torna-se público que o Município de São Miguel do Iguaçu-PR sediado na Rua Vânio Ghellere, 64 – Centro – São Miguel do Iguaçu-PR – CEP 85.877-000, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026** para fins de **contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos gerados nas unidades de saúde do município, em conformidade com a legislação sanitária e ambiental vigente, especialmente a RDC ANVISA nº 222/2018, a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei nº 12.305/2010) e demais normas aplicáveis, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº 115/2023**, de 16 de fevereiro de 2023, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e Lei Municipal n.º 3.468, de 25 de agosto de 2021 e demais legislações pertinentes.

### 1. RESUMO DO EDITAL

UASG: 987889

Data da sessão: **16/03/2026**

Horário: **08 h 30 min.**

Plataforma de disputa: <https://www.gov.br/compras> com “Acesso Identificado”

Descrição Sintética do Objeto: Item 1.1 do Termo de Referência, classificados como

- Serviço Continuado;

Os lances deverão ser ministrados sobre: O item autônomo

Valor total da Contratação: R\$ 167.640,00 (cento e sessenta e sete mil, seiscentos e quarenta reais).

Critério de Julgamento: Menor preço

Modo de Disputa: Aberto

Margem de Preferência: Não

HABILITAÇÃO: Critérios de Habilitação estão previstos na **cláusula 11ª do Termo de Referência.**

A habilitação será posterior ao julgamento da proposta (rito normal)

Amostra: Não será exigida amostra ou prova de conceito.

Rua Vânio Ghellere, 64 – Centro - CEP 85877-000 – São Miguel do Iguaçu - Paraná

[www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – [licitacoes@saomiguel.pr.gov.br](mailto:licitacoes@saomiguel.pr.gov.br) (45) 3565-8139



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

**Vistoria Técnica:** A vistoria no local é facultada, mediante agendamento.

**Participação:** AMPLA CONCORRÊNCIA

**Vedação às pessoas Impedidas ou Suspensas no cadastro municipal.**

**Vedação às Pessoas declaradas inidôneas por qualquer ente público.**

**Vedação à agentes públicos municipais e empresas cuja propriedade figurem agentes políticos, servidores municipais, e seus parentes (inclusive por afinidade) até o 3º Grau conforme Artigo 122 da Lei Orgânica Municipal, Artigo 9º, §1º, da Lei 14133/2021, Súmula Vinculante n.º 13, e ACÓRDÃO n.º 2145/21 TCE PR- Tribunal Pleno, ACÓRDÃO n.º 2524/2022 TCE PR - Tribunal Pleno.**

**Vedação a terceiro que tenha auxiliado a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário, ou representante de empresa que preste assessoria técnica.**

## 2. OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada na **prestação de serviços contínuos de coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos gerados nas unidades de saúde do município**, em conformidade com a legislação sanitária e ambiental vigente, especialmente a RDC ANVISA nº 222/2018, a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei nº 12.305/2010) e demais normas aplicáveis, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas nas cláusulas do Termo de Referência, anexo ao presente Edital.

2.2. A licitação será estruturada em um item único, conforme tabela constante da subcláusula 1.1. do Termo de Referência:

2.3. É facultado ao licitante a participação em quantos itens ou grupo de itens forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os que os compõem o objeto escolhido.

**2.3.1. Não será admitida a oferta de proposta parcial, devendo ocorrer proposta para o quantitativo integral de cada ITEM, considerando o valor unitário e o valor integral.**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTI	UNIDADE DE MEDIDA	MÉDIA DO VALOR MÁXIMO UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO TOTAL
1	CATSER – 19380 (COLETA / TRATAMENTO LIXO - HOSPITALAR) - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos gerados nas unidades de saúde do município	12.000	KG	R\$ 13,74	R\$ 167.640,00

Rua Vânio Ghellere, 64 – Centro - CEP 85877-000 – São Miguel do Iguaçu - Paraná

[www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – [licitacoes@saomiguel.pr.gov.br](mailto:licitacoes@saomiguel.pr.gov.br) (45) 3565-8139



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

Valor Total	R\$167.640,00
-------------	---------------

2.4. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências quanto às especificações do objeto.

**2.5. Os preços unitários e global indicados na cláusula Primeira, subcláusula 1.1. e Cláusula e são, respectivamente, o máximo unitário e o máximo global admitidos no certame.**

2.6. No caso de fornecimento de bens, deverá ser observada a data de validade será indicada no termo de referência, sendo o mínimo 75% (setenta e cinco) por cento do prazo total de validade fornecido pela fabricante, a ser aferido em cada data de entrega.

2.7. As rotinas de entrega estão definidas no Termo de Referência, que é parte integrante deste Edital, independentemente de transcrição.

2.8. As disposições de fiscalização, gestão do contrato estão definidas no Termo de Referência e artigos 139 a 155 do Decreto Municipal 115/2023.

2.9. As rotinas de Liquidação da Despesa, o prazo para pagamento ao contratado, termos da eventual correção de valores por atraso, além das demais condições afetadas, encontram-se definidos no Termo de Referência.

2.10. Quanto a exigência de COTA para mulheres em violência doméstica:

**2.10.1. Não será adotada cota para mulheres vítimas de violência doméstica devido ao fato que este processo não se enquadrar nos moldes determinados no artigo 43 do Decreto Municipal n.º 115/2023.**

**2.11. O presente certame não exige garantia da proposta.**

**2.12. É de responsabilidade daqueles que desejarem participar da sessão providenciar os equipamentos e a conexão de internet adequados e suficientes para acompanhamento das licitações.**

**2.13. A data, o horário e a plataforma eletrônica onde será realizada a Sessão, estão indicadas no quadro de aviso da primeira página deste edital.**

### 3. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

**3.1. À presente Licitação:**

**3.1.1. Não será aplicado o Sistema de Registro de Preços.**

### 4 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

**4.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).**

4.2. A participação de Pessoas Físicas, inclusive produtores rurais, consoante estudo técnico preliminar, será:

4.2.1. Vedada

**4.3. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.**

4.4. O licitante responsabilizar-se-á exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos

Rua Vânio Ghellere, 64 – Centro - CEP 85877-000 – São Miguel do Iguaçu - Paraná

[www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – [licitacoes@saomiguel.pr.gov.br](mailto:licitacoes@saomiguel.pr.gov.br) (45) 3565-8139



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão, ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção, ou aqueles se tornem desatualizados.

4.6. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.7. Quanto ao tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, para Sociedades Cooperativas, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, previsto no art. 48 da Lei Complementar n.º 123/ 2006:

4.7.1. Este processo aplica a tratamento diferenciado às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, nos termos do § 2º do art. 44 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.8. A obtenção do benefício a que se refere às cláusulas 4.7 quando admitida, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.9. Não poderão participar deste certame as pessoas indicadas abaixo marcadas:

4.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

4.9.3. sociedades cooperativas (só é aplicável se assinalada) ;

4.9.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.9.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.9.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.9.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta; O impedimento será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.9.8. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

- 4.9.9. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 4.9.10. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 4.9.11. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme justificativa no ETP (só é aplicável se assinalada);
- 4.9.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 4.9.13. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 4.9.14. Empresas que tenham em seu quadro societário, agentes políticos ou servidores públicos, ou seus parentes, até o terceiro grau, inclusive por afinidade, conforme Acórdão 2524/2022 TCE PR e ACÓRDÃO Nº 2145/21 - Tribunal Pleno
- 4.9.15. Aqueles que incorram em outros impedimentos previstos em lei.
- 4.10. **A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço**, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as cláusulas 4.9.5 e 4.9.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 4.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 4.12. O impedimento à participação na licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 4.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 4.14. Estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário, ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## 5 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS

- 5.1. Na presente licitação, a **fase de habilitação**:
- 5.1.1. Ocorrerá após a apresentação de propostas e lances e de julgamento (rito normal).**
- 5.5. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 5.4. Caso a fase de habilitação antecede as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e nos prazos estabelecidos no item anterior,

Rua Vânio Ghellere, 64 – Centro - CEP 85877-000 – São Miguel do Iguaçu - Paraná

[www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – [licitacoes@saomiguel.pr.gov.br](mailto:licitacoes@saomiguel.pr.gov.br) (45) 3565-8139



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nas cláusulas 9.3.1 e 9.12. deste Edital.

5.5. No **cadastro da proposta inicial, o licitante declarará**, em campo próprio do sistema, que:

5.5.1. Está ciente em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

5.5.2. Declara que a proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo;

5.5.3. Atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.

5.5.4. Inexiste impedimento à habilitação e comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade Contratante;

5.5.5. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, quando cabíveis;

5.5.6. Manifesta ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da Licitação;

5.5.7. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.5.8. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.5.9. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5.10. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei n.º 14.133, de 2021

5.6. O licitante **deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência**, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. O fornecedor enquadrado como **microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006**, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.7.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa

5.8. Quando aplicável à Licitação o **tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não poderá se beneficiar dele a pessoa jurídica:**

5.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede

Rua Vânio Ghellere, 64 – Centro - CEP 85877-000 – São Miguel do Iguaçu - Paraná

[www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – [licitacoes@saomiguel.pr.gov.br](mailto:licitacoes@saomiguel.pr.gov.br) (45) 3565-8139





ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

no exterior;

5.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário, ou seja, sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar n.º 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9. resultante ou remanescente de cisão, ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. A falsidade das declarações indicadas às cláusulas 5.5 a 5.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei n.º 14.133, de 2021 e deste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, ou na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema **poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:**



**5.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e**

**5.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.**

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma da cláusula 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 6. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o sistema eletrônico, deverá registrar a proposta eletrônica no sistema, contemplando os seguintes dados:

6.1.1. Valor os quais deverá discriminar:

6.1.1.1. Valor unitário do item.

6.1.2. Marca:

6.1.2.1. Quando a marca do produto identificar a empresa fornecedora, a mesma deve usar a indicação: "MARCA".

6.1.3. Fabricante;

6.1.4. Quantidade;

6.1.4.1. Deverá cotar integralmente - 100% da quantidade do item prevista no Termo de Referência.

6.1.5. Na proposta ajustada deverá constar ainda, a Razão Social, CNPJ, nome do preposto, dados do responsável legal, e-mail e telefone para contato com WhatsApp.

6.1.5.1. Os endereços de e-mail e contato WhatsApp informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas

**6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.**

**6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.**

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva **responsabilidade do licitante**, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implica o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à **média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.**





ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

6.5.1. No caso de prestação de serviço continuada com dedicação de mão de obra em regime de exclusividade (que não seja Vigilância Patrimonial), quando aplicado o regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

**6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.**

**6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte:**

**6.7.1. Poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.**

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, segundo o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.**

**6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas quando participarem de licitações públicas.**

**6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.**

**6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.**

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**6.14. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva:**

6.14.1. O licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas-base e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

6.14.2. A proposta deverá garantir o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente ou ainda o valor fixado pela Administração, na planilha de custos e formação de preços, o que for maior.

6.14.3. Não serão aceitas propostas que prevejam valores de salário e auxílio-alimentação inferiores aos cotados pela Administração e constantes da Planilha de Custos e Formação de Preços referencial.



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

6.15. No caso de Obras, o licitante também deverá preencher as planilhas (em anexo), com os valores da sua proposta, e posteriormente adequá-las ao valor do seu último lance, além do formulário de proposta de preços do modelo deste edital.

6.16. A submissão de proposta válida, autoriza a Administração Pública Municipal, a incluir os dados da empresa e proposta no Cadastro de Fornecedores Municipal ou outro oficializado, pelo prazo de 10 anos.

## 7. DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO, PROPOSTAS E LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de **sistema eletrônico, na data, horário e local, indicados no resumo deste** (cláusula 1ª) Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública.**

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de **mensagens** entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, **os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico**, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado **pelo valor unitário do item ou grupo de itens** escolhido.

7.6. Os licitantes poderão oferecer **lances sucessivos**, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá **oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.**

7.8. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).**

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá conforme o modo de disputa adotado, que no presente caso é aberto, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes, aplicando-se as seguintes disposições.

7.11. No envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema, quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de

Rua Vânio Ghellere, 64 – Centro - CEP 85877-000 – São Miguel do Iguaçu - Paraná

[www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – [licitacoes@saomiguel.pr.gov.br](mailto:licitacoes@saomiguel.pr.gov.br) (45) 3565-8139



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.12.5. Após o reinício previsto no tópico acima os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensão e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da **margem de preferência**, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

7.19.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema indicará automaticamente as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.19.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.20. Em relação a **itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei n.º 14.133, de 2021.** O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto n.º 8.538, de 2015.

7.20.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

7.20.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.20.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista, ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver **empate entre propostas iguais** (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de **desempate** será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão ser preferencialmente utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.23.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.23.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão, ou entidade da Administração Pública estadual, ou distrital, licitante ou no caso de licitação realizada por órgão, ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.24.2. empresas brasileiras;

7.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**7.25. Esgotados os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.**

Rua Vânio Ghellere, 64 – Centro - CEP 85877-000 – São Miguel do Iguaçu - Paraná

[www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – [licitacoes@saomiguel.pr.gov.br](mailto:licitacoes@saomiguel.pr.gov.br) (45) 3565-8139



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**7.27. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.**

**7.28. Caso a prorrogação concedida se encerre após o expediente administrativo, ou em final de semana, ou dia não útil, ficará postergada automaticamente até às 07 horas do próximo dia útil.**

7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 8. JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei n.º 14.133, de 2021, legislação correlata e na cláusula 4.9. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF e Cadastro Municipal de Fornecedores Punidos;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

8.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));





ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

8.1.4. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

8.1.5. Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br>);

8.1.6. Certidão de Pendências junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE PR (<https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/certidao-de-pendencias/267487/area/54>).

8.2. As consultas aos cadastros serão realizadas em nome da **empresa licitante** e também de seus **sócios majoritários**, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429 de 1992

8.3. **Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.**

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.4.1. Caso opte por apresentar o registro cadastral no SICAF, é dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para estarem vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

8.5. **Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se válido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.**

8.5.1. Caso o licitante **não comprove o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.**

8.6. **Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES n.º 73, de 30 de setembro de 2022.**

8.7. Em se tratando de **serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva**, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

8.7.1. Não se aplica ao processo a cláusula 8.7.

8.9. Será **desclassificada** a proposta vencedora que:

8.9.1. conter vícios insanáveis;

8.9.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.9.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.9.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

Rua Vânio Ghellere, 64 – Centro - CEP 85877-000 – São Miguel do Iguaçu - Paraná

[www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – [licitacoes@saomiguel.pr.gov.br](mailto:licitacoes@saomiguel.pr.gov.br) (45) 3565-8139





ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

8.9.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.10. No caso de bens e serviços em geral, é **indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.**

8.11. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.11.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.11.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.12. Em contratação de **serviços de engenharia**, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.12.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.12.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital.

8.13. No caso de serviços de engenharia, é **indício de inexecuibilidade das propostas valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração**, independentemente do regime de execução.

8.14. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, **poderão ser efetuadas diligências**, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.15. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de **Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração**, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.15.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.15.2.1. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.15.2.2. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

**8.15.2.3. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.**

8.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.17. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de **amostra**, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.18. Por meio de mensagem no sistema para os licitantes, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras.**

8.19. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.20. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, **a proposta do licitante será recusada.**

**8.18.1. A participação será permitida a todos os interessados, incluindo os demais licitantes, sujeita à capacidade máxima do local onde a prova ou exame será realizado.**

**8.18.2. A sessão de análise será transmitida pelo Canal Oficial do Município nas plataformas de mídia social YouTube ou Facebook, e a gravação permanecerá acessível no sítio eletrônico oficial.**

**8.18.3. O link para a transmissão será divulgado no diário oficial do município com antecedência mínima de um dia útil**, de modo a permitir o acompanhamento por aqueles interessados que não puderem comparecer pessoalmente.

**8.21. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado.** Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.22. No caso de **serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra**, o licitante deverá entregar, com a sua proposta de preços, os seguintes documentos:

8.22.1. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

8.22.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial; e

8.22.3. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado, ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.23. Caso seja necessária no certame, avaliação prévia do local de execução, mediante a

Rua Vânio Ghellere, 64 – Centro - CEP 85877-000 – São Miguel do Iguaçu - Paraná

[www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – [licitacoes@saomiguel.pr.gov.br](mailto:licitacoes@saomiguel.pr.gov.br) (45) 3565-8139



realização de **Vistoria Técnica**, às condições de realização da vistoria técnica, datas, e **agendamento, bem como faculdade ou obrigatoriedade, estão no Termo de Referência.**

8.24. A vistoria deverá ser precedida de agendamento prévio, a ser efetuado até o terceiro dia que antecede a realização da sessão pública.

8.25. A empresa poderá fazer-se representar por procurador, o qual deverá estar devidamente identificado e portar o instrumento de representação competente.

8.26. Após a realização da vistoria, o responsável pela proponente deverá apresentar declaração formal, devidamente assinada, atestando o pleno conhecimento das condições e particularidades do projeto/execução do objeto, juntamente com os documentos de habilitação, sob pena de inabilitação.

8.27 A proponente poderá, a seu exclusivo critério e risco, optar por não realizar a vistoria técnica, mediante declaração expressa de renúncia a tal direito, devendo, neste caso, assumir integralmente o ônus decorrente de eventuais falhas em sua proposta, incluindo subdimensionamento de quantitativos e custos, renunciando expressamente ao direito de pleitear compensação ou ajuste.

## 9 HABILITAÇÃO

9.1. Em licitações com rito usual, **a verificação da documentação de habilitação e qualificação somente será feita em relação ao licitante vencedor.**

9.2. Para fins de habilitação, deverão os licitantes comprovar o atendimento dos requisitos dos artigos 62 a 70 da Lei 14133/2021, conforme exigido no Termo de Referência.

9.3. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderão ser **substituída pelo registro cadastral** emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei n.º 14.133/2021.

**9.3.1. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção, ou aqueles se tornem desatualizados.**

9.4. No caso de documentos não contemplados pelo registro cadastral, deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.4.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.4.2. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.4.3. As certidões apresentadas, na ausência de prazo de validade expressamente previsto, serão consideradas válidas até o trigésimo dia subsequente à sua data de emissão.

9.5. Na hipótese de a fase de **habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances**, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

2022.

**9.5.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.**

**9.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.**

**9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.**

**9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas** assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**9.9. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.**

**9.9.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.**

**9.10. Quando exigida vistoria técnica, o licitante deverá apresentar declaração formal de que possui pleno conhecimento do local e das condições para a execução do objeto do presente edital ou, alternativamente, que renuncia expressamente à realização da vistoria, assumindo integralmente os riscos decorrentes dessa dispensa, na hipótese de o certame ter adotado a avaliação prévia do local por meio de vistoria.**

**9.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:**

**9.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;**

**9.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;**

**9.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.**

**9.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto na cláusula 9.4.**



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

**9.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.**

**9.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.**

**9.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.**

**9.17. O vencedor da licitação tem a obrigação de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.**

## 10. DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS CONTRATOS

**10.1. Se o procedimento de licitação visar o Registro de Preço, aplicam-se às disposições de cláusulas 10.2 a 10.12. Do contrário, ficam estas sem efeito, aplicando-se o disposto na cláusula 10.13. e subsequentes.**

**10.2. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens adjudicados, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.**

**10.3. O preço contratado ou registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.**

**10.3 Estas Atas terão vigência fixada no termo de referência, podendo ser prorrogada uma única vez, no seu aniversário, será restabelecido o quantitativo inicial, sem ocorrer a acumulação de itens entre os períodos.**

**10.5. Excepcionalmente, poderá ser antecipada a data da prorrogação da Ata e restabelecido o seu quantitativo, mediante critério da Administração, devidamente justificado.**

**10.6. Estando vigente a Ata, qualquer interessado que atenda os critérios do presente Edital poderá ingressar nas mesmas condições do adjudicatário da Ata de Registro, respeitada a ordem de classificação, a vantajosidade para administração pública.**

**10.7. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.**

**10.8. Por critérios de Conveniência e Oportunidade do Poder Público, as Atas eventualmente celebradas poderão dar origem a diversos contratos, desde que observados cumulativamente a validade, a vantajosidade econômica, os preços e o quantitativo registrado.**

**10.9. As Atas de Registro de Preços serão fiscalizadas da mesma forma que o Contrato.**

**10.10. Existindo ata de registro de preços vigente do Município que atenda às necessidades da Administração Municipal, somente será autorizada a contratação por outros meios diante de motivo superveniente e suficiente, indicado no respectivo processo de contratação, exigida, em qualquer caso, a demonstração da vantajosidade econômica da contratação.**

**10.11 Administração convocará o Adjudicatário para assinar a Ata de Registro de Preços. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assiná-lo, sob pena de decair do direito e sujeitar-se a penalizações previstas**





ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

no Edital ou no Termo de Referência.

10.12. Na hipótese de o convocado **não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência, é facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva**, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, sem prejuízo das sanções ao adjudicatário.

10.13. Caso não seja aplicado o Sistema de Registro de Preços, após a homologação e adjudicação, ainda poderão ser celebrados quantos contratos forem necessários decorrentes do mesmo certame.

10.14. **O contrato decorrente da ata de registro de preços será regido pelas mesmas regras aplicáveis aos contratos de forma geral, inclusive quanto a substituição por instrumento equivalente como Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, além de critérios de reajuste, revisão e repactuação, desde que não cumulados com os da Ata.**

10.15. A Administração convocará o Adjudicatário para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, podendo alternativamente:

10.15.1. Disponibilizar acesso ao sistema de processo eletrônico de licitações e contratos para promoção de assinatura digital na plataforma oficial;

10.15.2. Remeter o contrato no formato digital por outro meio eletrônico, como WhatsApp ou email, para promoção de assinatura eletrônica padrão ICP/Brasil e restituição a Administração pelo mesmo canal;

10.15.1. Excepcionalmente, poderá encaminhar o contrato para assinatura mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para ser assinado e devolvido;

10.15.4. Em qualquer das hipóteses anteriores, o adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente e restituí-lo (quando assinado fora da plataforma oficial), sob pena de decair o direito à contratação, e sem prejuízo das sanções previstas neste Edital ou no Termo de Referência.

10.15.5. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.16. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.16.1. O documento recebido está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei n.º 14.133/2021;

10.16.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.16.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei n.º 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.17. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.18. Na assinatura do Contrato, salvo se decorridos menos de 30 dias da habilitação, serão promovidas:

10.18.1. Consultas aos Cadastros Impeditivos previstos nos artigos 22 e 23 da Lei n.º 12.846/2013 (CEIS e CNEP); bem como nos cadastros de Licitantes Inidôneos do TCU e Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE PR, conforme IN 37/2009 do TCE PR.

10.18.2. Também serão verificadas a regularidade tributária e trabalhista, e demais

Rua Vânio Ghellere, 64 – Centro - CEP 85877-000 – São Miguel do Iguaçu - Paraná

[www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – [licitacoes@saomiguel.pr.gov.br](mailto:licitacoes@saomiguel.pr.gov.br) (45) 3565-8139





ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

documentos de habilitação e qualificação, conforme indicado no Edital e Termo de Referência, devendo o contratado manter a regularidade durante todo o prazo de vigência contratual.

10.19. O contrato deverá ser **executado fielmente pelas partes**, conforme as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14133/2021 e seu regulamento, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.20. O contratado será **obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução, ou de materiais nela empregados.**

10.21. O contratado será **responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato**, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

10.22. Somente o contratado será responsável pelos **encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.**

10.23. Em caso de **impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.**

10.24. Ao longo de toda a execução do contrato, o contratado **deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.**

10.25. A execução do contrato será **acompanhada e fiscalizada** na forma descrita no termo de referência.

10.26. O contratado deverá **manter preposto aceito pela Administração no local da obra/prestação serviço** para representá-lo na execução do contrato.

10.27. Os contratos **poderão ser alterados unilateralmente pela Administração Pública** em face do Regime Jurídico Administrativo previsto nos artigos 104 e 124, I, da Lei 14133/2021.

10.28. Excepcionalmente, os contratos poderão ser alterados consensualmente, desde que evidenciado a vantajosidade técnica, econômica, e o interesse público, na forma do artigo 124, II, da Lei 14133/2021.

10.29. **As regras de reajustamento, Revisão e Repactuação, constam do Contrato e do Termo de Referência.**

10.30. Os contratos, seus termos aditivos e as atas de registro de preços celebrados pela Administração Municipal adotarão a forma eletrônica, nos termos da Lei 14.063/20, e sua assinatura será preferencialmente por meio da Plataforma oficial do município (Decreto 460/2024), ou por chaves eletrônicas no formato ICP/Brasil.

## 11. DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Em se tratando de Sistema de Registro de Preços, após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederam aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, e nas hipóteses previstas no art. 131 do Decreto Municipal n.º 115/2023.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11.5 A Comissão da Licitação/Pregoeiro/Agente de Contratação julgará o pedido de inclusão no Cadastro de Reserva em até 10 (dez) dias úteis, do qual caberá recurso.

## 12. DA IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizadas preferencialmente por **forma eletrônica**, pelo seguinte endereço eletrônico [licitacoes@saomiguel.pr.gov.br](mailto:licitacoes@saomiguel.pr.gov.br), pela plataforma onde se realiza o certame, ou no setor de protocolo do município de São Miguel do Iguaçu-PR

12.3. As impugnações ao edital serão recebidas e decididas pelo Pregoeiro/Agente de Contratação ou Comissão, e quando for o caso, submetidas ao Secretário da Pasta Responsável para ratificação (art. 52, inciso II do Decreto 115/2023).

12.4. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento **será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos **não suspendem os prazos previstos no certame**.

12.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é **medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão**, nos autos do processo de licitação

12.7. Acolhida a impugnação, será **definida e publicada nova data para a realização do certame**.



## 13 RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei n.º 14.133 de 2021.

13.2. O **prazo recursal é de 3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata da decisão.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação, ou inabilitação do licitante, a **intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo de até 30 (trinta) minutos, sob pena de preclusão.**

13.4 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação, ou inabilitação.

13.4.1. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei n.º 14.133 de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.5. Os recursos deverão ser **encaminhados em campo próprio do sistema.**

13.6. O recurso será **dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida**, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, **encaminhar recurso para a autoridade superior**, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de **contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão **efeito suspensivo do ato ou da decisão** recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9 O acolhimento do recurso **invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.**

13.10 Da decisão de inadmitir o pedido de inclusão no cadastro de reserva (quando previsto no certame), caberá pedido de reconsideração ao Secretário Municipal, na forma do artigo 125 do Decreto Municipal 115/2023.

13.11 Os autos do processo permanecerão com **vista franqueada** aos interessados no sítio eletrônico <https://saomigueloiguacu.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/licitacoes> , sem a necessidade de cadastro ou login.

## 14. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

14.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

- 14.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;
- 14.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
- 14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar, ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 14.1.6. fraudar a licitação;
- 14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- 14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 14.2. Com fulcro na Lei n.º 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, **garantida a prévia defesa**, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as **seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal**:
  - 14.2.1. **advertência**;
  - 14.2.2. **multa**;
  - 14.2.3. **impedimento de licitar e contratar** e
  - 14.2.4. **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.3. O processo será instruído e regido pela Lei nº 14.133/2021, suplementada pela Lei Municipal nº 3763/2024.
- 14.4. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 14.4.1 a **natureza e a gravidade da infração** cometida;
  - 14.4.2 as **peculiaridades do caso** concreto;
  - 14.4.3 as circunstâncias **agravantes ou atenuantes**;
  - 14.4.4 os **danos** que dela provierem para a Administração Pública;
  - 14.4.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de **programa de integridade**, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.5. A multa será recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.
  - 14.5.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
  - 14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 14.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.7. Na aplicação da sanção de multa **será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

Rua Vânio Ghellere, 64 – Centro - CEP 85877-000 – São Miguel do Iguaçu - Paraná

[www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – [licitacoes@saomiguel.pr.gov.br](mailto:licitacoes@saomiguel.pr.gov.br)  (45) 3565-8139



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

14.8. A sanção de **impedimento de licitar e contratar** será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar, ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.11. O interessado será notificado sobre a abertura do processo administrativo para apuração de responsabilidade, para apresentação de defesa prévia, que será instruído nos termos da Lei n.º 14.133/2021, suplementada pela Lei Municipal nº 3.763/2024, devendo indicar, já na defesa prévia, as provas que pretende produzir.

14.12. Para a garantia da **ampla defesa e contraditório dos licitantes**, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de *e-mail* e *whattasapp* informados na proposta comercial, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

14.13. Uma comissão formada por 3 (três) ou mais servidores efetivos avaliará os fatos e circunstâncias que tiver conhecimento.

14.14. O prazo para apresentação da defesa será de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, devendo apresentar além da defesa escrita, especificar as provas que pretenda produzir.

14.15. Esta comissão poderá decidir pela aplicação de Advertência, Multa, Suspensão do Direito de Licitar e Contratar, além do Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Pública Municipal.

14.16. No caso em que for aplicável a Penalidade de Declaração de Inidoneidade, a comissão emitirá parecer conclusivo, o qual será dirigido ao Prefeito.

14.17. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.18. Caberá a apresentação de **pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.





ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

**14.19. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo** do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.20. Na hipótese de um mesmo licitante ou contratado ser sancionado com mais de 3 (três) multas pela Administração Municipal, mesmo que em contratos distintos, o Diretor de Licitações e Contratos deverá, considerando as informações dos gestores dos contratos, avaliar a conveniência da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidade mais gravosa e extinção dos contratos vigentes.

14.21. As sanções aplicadas, de impedimento de licitar e contratar com o município de São Miguel do Iguaçu e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, **serão levadas a registro no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), e no Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE PR), e no Cadastro de Fornecedores Municipais, conforme o caso** (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.22. Sobrevindo novas condenações, no curso do período de vigência da sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, será somado ao período remanescente da sanção aplicada o tempo fixado nas novas decisões condenatórias.

14.23. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.24. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**14.25. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo município decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o contratante,** na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

14.26. **A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada** sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.27. As multas não adimplidas serão cobradas judicialmente.

**14.28. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.**

## 15. CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento vigente na classificação abaixo descrita:

Rua Vânio Ghellere, 64 – Centro - CEP 85877-000 – São Miguel do Iguaçu - Paraná

[www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – [licitacoes@saomiguel.pr.gov.br](mailto:licitacoes@saomiguel.pr.gov.br) (45) 3565-8139





ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

09.001.10.301.0011.2.017.339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 303-Saúde/Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)

09.001.10.302.0011.1.106.339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 505-Royalties Tratado de Itaipu Binacional

09.001.10.301.0011.2.017.339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 505-Royalties Tratado de Itaipu Binacional

09.001.10.301.0011.2.017.339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 4494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde federal

09.001.10.301.0011.2.103.339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 4494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde federal

09.001.10.301.0011.2.103.339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 303-Saúde/Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)

09.001.10.302.0011.1.106.339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 6494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde Estadual

09.001.10.301.0011.2.103.339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 6494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde Estadual

## 16. SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Não será admitida a subcontratação em razão da justificativa constante no termo de referência.

## 17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Os atos serão preferencialmente digitais, para permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico.

17.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

17.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

Rua Vânio Ghellere, 64 – Centro - CEP 85877-000 – São Miguel do Iguaçu - Paraná

[www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – [licitacoes@saomiguel.pr.gov.br](mailto:licitacoes@saomiguel.pr.gov.br) (45) 3565-8139



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://saomigueldoiguacu.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço: Rua Vânio Ghellere, 64 – centro, São Miguel do Iguaçu/PR, nos dias úteis, no horário das 07:30 horas às 11:30 e das 13:00 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

17.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

17.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

17.11.2. Anexo II - Modelo de Proposta de Preço;

17.11.3. Anexo IV - Minuta de Termo de Contrato

17.12. Preservado o devido processo legal, por meio da ampla defesa e contraditório, fica reservado ao Município de São Miguel do Iguaçu a faculdade de revogar, no todo ou em parte, para atender a interesse público, ou de anular o presente processo público em razão de vício de legalidade.

17.13. Os casos omissos serão decididos em observância às disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, em suas alterações posteriores e demais normativas.

17.14. Fica eleito o foro da comarca de São Miguel do Iguaçu, do Estado do Paraná, por mais privilegiado que outro seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Edital, quando não solucionadas administrativamente pelas partes.

São Miguel do Iguaçu, 24 de fevereiro de 2026.

**FERNANDA MOREIRA PRESTES**

Secretária Municipal de Saúde

Decreto nº 043/2025



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada e devidamente qualificada na prestação de serviços contínuos de coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos gerados nas unidades de saúde do município, em conformidade com a legislação sanitária e ambiental vigente, especialmente a RDC ANVISA nº 222/2018, a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei nº 12.305/2010) e demais normas aplicáveis, conforme condições, quantidades, especificações técnicas e demais exigências estabelecidas no Edital e seus anexos

#### QUADRO 01

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	MÉDIA DO VALOR MÁXIMO UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO TOTAL
1	CATSER – 19380 (COLETA / TRATAMENTO LIXO - HOSPITALAR) - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos gerados nas unidades de saúde do município	12.000	KG	R\$ 13,97	R\$ 167.640,00
Valor Total				R\$167.640,00	

### 1.2. DO FUNDAMENTO DA CONTRATAÇÃO

**1.2.1.** A contratação será realizada por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, do tipo menor preço, na forma de disputa aberta. **1.2.2.** O(s) objeto(s) desta contratação é(são) caracterizado(s) como bem(ns) e/ou serviço(s) comum(ns), nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar – ETP.

**1.2.3.** O(s) objeto(s) desta contratação não é(são) qualificado(s) como item(ns) de luxo, consoante o disposto no §1º do art. 39 do Decreto Municipal nº 115/2023.

**1.2.4.** Em se tratando de serviços, não haverá emprego de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, nos termos da legislação vigente.

**1.2.5.** O objeto será em item único, conforme tabela constante neste Termo de Referência.

Rua Vânio Ghellere, 64 – Centro - CEP 85877-000 – São Miguel do Iguaçu - Paraná

[www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – [licitacoes@saomiguel.pr.gov.br](mailto:licitacoes@saomiguel.pr.gov.br) (45) 3565-8139



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

**1.2.6.** Para fins de dimensionamento da contratação e estimativa de custos, considera-se uma previsão anual aproximada de recolha de até 12.000 kg (doze mil quilogramas) de rejeitos, conforme levantamento técnico constante do Estudo Técnico Preliminar, podendo haver variações em função da demanda efetiva dos serviços de saúde, sem caracterizar obrigação de consumo mínimo.

**1.2.7.** O valor global estimado da contratação, conforme Planilha comparativa de valores será de R\$ 167.640,00 (cento e sessenta e sete mil, seiscentos e quarenta reais), destinado à cobertura integral da execução dos serviços durante a vigência contratual.

**1.2.8.** Os preços máximos admitidos no presente certame são os valores unitários e globais descritos na tabela de referência.

**1.2.9.** Havendo divergência na descrição dos itens entre o Catálogo do Sistema de Compras do Governo Federal (**CATSER/CATMAT**), o Edital, o Estudo Técnico Preliminar – ETP e/ou o Termo de Referência – TR, prevalecerá a descrição constante neste Termo de Referência.

## **2. DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no Edital, sob pena de decair do direito à contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**2.2.** Será celebrado um único contrato, por se tratar de objeto indivisível e de execução contínua, não se aplicando a celebração de múltiplos contratos ou a utilização de ata de registro de preços.

**2.3.** O termo de contrato ou instrumento equivalente será formalizado conforme o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

**2.4.** Na hipótese de substituição do termo de contrato por instrumento equivalente, a vigência da contratação observará o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

**2.5.** Os contratos e seus termos aditivos celebrados pela Administração Municipal adotarão, preferencialmente, a forma eletrônica, nos termos da Lei nº 14.063/2020.

**2.6.** Caso haja recusa injustificada na assinatura do contrato, no aceite do instrumento equivalente ou no início da execução, será convocado o próximo licitante classificado, nas mesmas condições do primeiro colocado, observada a legislação vigente.

**2.7.** Antes de formalizar ou prorrogar a vigência do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, bem como realizará consulta ao **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS** e ao **Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP**, juntando a documentação pertinente aos autos do processo.

**2.8.** Somente na inexistência de impedimentos legais será efetivada a contratação.

Rua Vânio Ghellere, 64 – Centro - CEP 85877-000 – São Miguel do Iguaçu - Paraná

[www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – [licitacoes@saomiguel.pr.gov.br](mailto:licitacoes@saomiguel.pr.gov.br) (45) 3565-8139



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

**2.9.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com suas cláusulas, com as normas do Edital, deste Termo de Referência e da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**2.10.** O prazo de execução corresponde ao período de prestação contínua dos serviços, conforme definido em cláusula própria deste Termo de Referência e do contrato.

**2.11.** Em caso de impedimento, paralisação ou suspensão do contrato por fato alheio à vontade da contratada, o cronograma poderá ser ajustado mediante apostila, quando cabível.

**2.12.** Durante toda a execução contratual, a contratada deverá cumprir a legislação relativa à reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, quando aplicável.

**2.13.** A execução do contrato será fiscalizada na forma da Lei nº 14.133/2021, do **Decreto Municipal nº 115/2023** e conforme cláusula própria deste Termo de Referência.

**2.14.** A contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com o contrato.

**2.15.** A contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes da execução contratual, não sendo excluída ou reduzida essa responsabilidade pela fiscalização.

**2.16.** A contratada será exclusivamente responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato.

**2.17.** A inadimplência da contratada não transfere à Administração a responsabilidade por tais encargos.

**2.18.** A contratação poderá ser alterada nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

**2.19.** A contratada deverá aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato, observado o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

**2.20.** As alterações não poderão descaracterizar o objeto da contratação.

**2.21.** Registros que não caracterizem alteração contratual poderão ser formalizados por **apostila**, incluindo:

I. Reajustes e repactuações;

II. Atualizações financeiras;

III. Alterações cadastrais;



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

#### IV. Atualizações orçamentárias.

**2.22.** O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados da assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade e o interesse público.

**2.23.** As hipóteses de extinção contratual obedecerão aos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.

**2.24.** As demais regras aplicáveis à execução, vigência, reajuste, fiscalização e penalidades constarão da minuta contratual.

### 3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

**3.1.** A fundamentação da contratação e a definição dos quantitativos estimados encontram-se pormenorizadas em tópico específico do **Estudo Técnico Preliminar – ETP**, que integra este Termo de Referência como apêndice, em atendimento ao art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

**3.2.** O objeto desta contratação não constava inicialmente previsto de forma específica no Plano de Contratações Anual – **PCA 2026**. Contudo, visando à regularização do planejamento e à compatibilização da demanda, foi formalmente solicitada a inclusão do referido objeto no PCA por meio do Memorando Interno nº **11/2026**, devidamente juntado aos autos.

**3.3.** Para fins de padronização da contratação pública e alinhamento ao art. 19 da Lei nº 14.133/2021, adota-se como referência o **Código CATSER nº 19380 – Coleta / Tratamento de Lixo Hospitalar**, constante do Catálogo do Portal de Compras do Governo Federal, compatível com o objeto pretendido.

**3.4.** A prioridade desta contratação é classificada como **GRAU ALTO**, considerando a essencialidade do serviço para a continuidade das atividades assistenciais, a mitigação de riscos sanitários e ambientais e a obrigatoriedade de atendimento às normas legais vigentes.

**3.5.** A contratação tem por finalidade assegurar a prestação contínua, regular e ambientalmente adequada dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos gerados nas unidades de saúde do Município de São Miguel do Iguaçu, abrangendo os resíduos classificados nos grupos **A, B, D e E**, conforme a **RDC ANVISA nº 222/2018**.

**3.6.** As atividades desenvolvidas nas unidades de saúde geram resíduos que, quando manejados de forma inadequada, representam riscos à saúde pública, ao meio ambiente e à segurança dos trabalhadores, podendo ocasionar contaminações, acidentes ocupacionais e passivos ambientais.

**3.7.** O Município não dispõe de estrutura própria, frota licenciada, tecnologia de tratamento nem equipe técnica habilitada para executar integralmente as etapas do gerenciamento





ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

externo desses resíduos, tornando indispensável a contratação de empresa especializada e devidamente licenciada pelos órgãos ambientais competentes.

**3.8.** Trata-se de serviço contínuo e essencial, cuja interrupção compromete o funcionamento regular das unidades de saúde, expõe usuários e servidores a riscos sanitários relevantes e pode acarretar responsabilizações administrativas, sanitárias e ambientais ao Município.

**3.9.** O quadro a seguir contém o descritivo do objeto.

**3.10. QUADRO 01 - DESCRITIVO DO OBJETO:**

ITEM	PRODUTO	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA
1 –CATSER - 19380	CATSER – 19380 (COLETA / TRATAMENTO LIXO - HOSPITALAR) - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos gerados nas unidades de saúde do município	12.000	KG

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO SUSTENTABILIDADE

**4.1.** SUSTENTABILIDADE SEGUNDO O GUIA DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEL

**4.2.** A presente contratação deverá observar, de forma integrada e obrigatória, os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, da eficiência, da prevenção de riscos, da governança e da responsabilidade socioambiental, previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente em seus arts. 11, 18, 25 e 144, bem como as diretrizes estabelecidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União – AGU, notadamente no capítulo que trata da gestão de resíduos, o qual orienta que as contratações públicas devem incorporar critérios que assegurem o adequado gerenciamento dos resíduos ao longo de todo o seu ciclo de vida, desde a geração até a destinação final, com vistas à mitigação de impactos ambientais, à proteção da saúde pública e à prevenção de passivos futuros.

**4.3.** Considerando que o objeto envolve diretamente a coleta, o transporte, o tratamento e a destinação final de resíduos de serviços de saúde, a sustentabilidade não se limita a um critério acessório da contratação, mas constitui requisito essencial para a regularidade, a segurança jurídica e a eficiência da execução contratual. A contratada deverá comprovar a existência de licenciamento ambiental válido e compatível com todas as atividades objeto do contrato, emitido pelo órgão ambiental competente, abrangendo o transporte, o tratamento e a destinação final dos resíduos, bem como demonstrar que utiliza tecnologias licenciadas e ambientalmente adequadas, capazes de assegurar a neutralização de agentes biológicos e



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

químicos, a redução de emissões atmosféricas, o controle de efluentes e a minimização de impactos ambientais diretos e indiretos.

**4.4.** Deverá ser assegurada a rastreabilidade integral dos resíduos, mediante a emissão de Manifesto de Transporte de Resíduos – MTR, certificados de tratamento e comprovantes de destinação final ambientalmente adequada, possibilitando à Administração o controle documental, a fiscalização contínua e a transparência da execução contratual. A logística operacional deverá observar critérios de eficiência, segurança e prevenção de vazamentos, com utilização de veículos adequados, manutenção preventiva, controle de emissões e rotas racionalizadas, de modo a reduzir riscos ambientais, consumo excessivo de combustíveis e impactos associados ao transporte.

**4.5.** No âmbito sanitário e de biossegurança, a contratada deverá cumprir integralmente as normas da ANVISA, do CONAMA e da ABNT aplicáveis ao gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, mantendo equipe devidamente capacitada, procedimentos operacionais padronizados, utilização obrigatória de equipamentos de proteção individual e planos de contingência para situações de emergência, acidentes ou não conformidades, garantindo a proteção dos trabalhadores, dos usuários dos serviços públicos e da coletividade.

**4.6.** A sustentabilidade operacional também se reflete na necessidade de otimização de processos, prevenção de desperdícios, racionalização de recursos, monitoramento de desempenho e controle de custos indiretos, de forma a assegurar economicidade, previsibilidade orçamentária e eficiência do gasto público, evitando a geração de passivos ambientais, retrabalhos, contratações emergenciais e judicializações futuras.

**4.7.** A ausência ou fragilidade desses requisitos pode ocasionar impactos ambientais relevantes, tais como contaminação do solo, da água e do ar, disseminação de agentes patogênicos, degradação ambiental e geração de passivos de difícil reparação. Sob a ótica administrativa, pode resultar em autuações por órgãos ambientais e sanitários, interdição de unidades de saúde, responsabilização de gestores, fragilização da governança contratual, apontamentos pelos órgãos de controle, além de comprometimento da imagem institucional do Município. Do ponto de vista econômico, pode gerar aplicação de multas, custos elevados de remediação ambiental, indenizações judiciais, necessidade de rescisões contratuais e novas contratações, aumento de despesas emergenciais e eventual glosa de recursos públicos.

**4.8.** Além disso, a contratação com requisitos de sustentabilidade inadequados pode ensejar sanções administrativas, civis, ambientais e penais, nos termos da legislação vigente, incluindo a Lei nº 9.605/1998 (Crimes Ambientais), a Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente), a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), normas sanitárias aplicáveis e a própria Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à responsabilização por falhas no planejamento, na fiscalização e na execução contratual.

**4.9.** Diante desse contexto, os requisitos de sustentabilidade estabelecidos nesta contratação têm por finalidade assegurar a conformidade legal, a mitigação de riscos, a proteção da saúde pública, a preservação ambiental, a segurança jurídica da Administração e a eficiência do gasto público, promovendo contratação alinhada às boas práticas de governança, planejamento e



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

responsabilidade socioambiental, conforme orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e da legislação aplicável.

**4.10.** Para tanto, foi consultado o Guia de Nacional de Contratações Sustentáveis 2024, da CGU/AGU, disponível em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-nacional-de-contratacoessustentaveis-2024.pdf/view>.

**4.10.1.1.** O Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, elaborado pela Advocacia-Geral da União (AGU), fornece orientações para a implementação de práticas sustentáveis nas contratações públicas. O guia destaca a importância de considerar aspectos ambientais, sociais e econômicos para promover a sustentabilidade nas contratações.

**4.10.1.2. *Aplicação das Diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis à Contratação de Empresas para Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação Final de Resíduos***

**4.10.1.3.** O **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**, elaborado pela Advocacia-Geral da União – AGU, estabelece que as contratações públicas devem incorporar critérios ambientais, sociais e econômicos de forma integrada, considerando o ciclo de vida do objeto contratado, os riscos associados à execução e os impactos diretos e indiretos gerados pela atividade contratada. No contexto específico da contratação de empresas para coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos, tais diretrizes assumem relevância ainda maior, tendo em vista o potencial de geração de impactos ambientais significativos, riscos à saúde pública e reflexos econômicos de médio e longo prazo para a Administração.

**4.10.1.4.** Sob o aspecto ambiental, o Guia orienta que a Administração deve assegurar que o prestador de serviço possua capacidade técnica e licenciamento compatíveis com todas as etapas do gerenciamento dos resíduos, garantindo a utilização de tecnologias ambientalmente adequadas, o controle de emissões atmosféricas, a mitigação de riscos de contaminação do solo e dos recursos hídricos, bem como a destinação final em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos. A contratação deve priorizar soluções que reduzam a geração de resíduos secundários, minimizem impactos ambientais cumulativos e assegurem rastreabilidade integral, permitindo à Administração monitorar o cumprimento das obrigações ambientais e evitar a formação de passivos ambientais futuros.

**4.10.1.5.** No que se refere ao aspecto social, o Guia destaca a importância da proteção à saúde e à segurança dos trabalhadores envolvidos na operação, bem como da população impactada indiretamente pelo serviço. Na contratação de empresas de coleta e tratamento de resíduos, isso implica exigir capacitação contínua das equipes, fornecimento adequado de equipamentos de proteção individual, adoção de procedimentos de biossegurança, prevenção de acidentes, protocolos de emergência e cumprimento das normas trabalhistas e de saúde ocupacional. A adequada gestão desses requisitos contribui para a redução de afastamentos, acidentes de trabalho, litígios trabalhistas e impactos sociais negativos decorrentes da atividade.

**4.10.1.6.** Sob o aspecto econômico, o Guia enfatiza que a sustentabilidade não se limita à obtenção do menor preço imediato, mas à seleção da proposta mais vantajosa ao longo do



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

ciclo de vida do serviço. Na contratação de serviços de coleta e tratamento de resíduos, a escolha de empresas tecnicamente qualificadas e ambientalmente responsáveis reduz significativamente o risco de interrupções contratuais, autuações ambientais, multas, indenizações, custos de remediação ambiental e necessidade de contratações emergenciais, assegurando maior previsibilidade orçamentária, estabilidade operacional e eficiência do gasto público. A análise de economicidade deve considerar, portanto, não apenas o valor contratual direto, mas também os custos indiretos e os riscos associados à má execução.

**4.10.1.7.** O Guia também orienta que a Administração adote critérios de governança e controle, estabelecendo mecanismos de fiscalização, indicadores de desempenho, exigências documentais e rastreabilidade, de modo a assegurar que os compromissos ambientais e sociais assumidos no contrato sejam efetivamente cumpridos ao longo da execução. Na contratação de empresas para coleta de resíduos, tais mecanismos são essenciais para garantir transparência, controle operacional, conformidade regulatória e capacidade de resposta a não conformidades.

**4.10.1.8.** Além disso, o Guia ressalta a necessidade de que as contratações públicas estejam alinhadas à lógica da prevenção de riscos e da responsabilidade pelo ciclo de vida, especialmente quando envolvem atividades potencialmente poluidoras. A contratação inadequada de empresa para coleta e tratamento de resíduos pode resultar em danos ambientais irreversíveis, comprometimento da saúde pública, responsabilização do ente público e de seus gestores, além de impactos financeiros relevantes decorrentes de sanções, ações judiciais e passivos ambientais.

## **4.11. LEGISLAÇÃO:**

### **4.11.1. DAS AUTORIZAÇÕES, LICENÇAS E REGISTROS NECESSÁRIOS PARA A CONTRATAÇÃO**

**4.11.1.1.** Considerando a natureza do objeto, que envolve atividade potencialmente poluidora e de risco sanitário, a contratação deverá exigir, como condição de habilitação técnica e regularidade operacional, que a empresa contratada possua todas as AUTORIZAÇÕES, LICENÇAS E REGISTROS OBRIGATÓRIOS, emitidos pelos órgãos competentes, garantindo a legalidade da prestação dos serviços, a proteção da saúde pública, a preservação ambiental e a mitigação de riscos institucionais para o Município.

**4.11.1.2.** A exigência desses documentos encontra fundamento nos princípios da legalidade, da prevenção, da eficiência, da segurança jurídica e da gestão de riscos, previstos na Lei nº 14.133/2021, bem como na legislação ambiental, sanitária e trabalhista aplicável.

**4.11.1.3.** Deverá ser exigida, no mínimo, a comprovação das seguintes autorizações, licenças e registros, vigentes e compatíveis com o objeto contratado:

**4.11.1.4.** A contratada deverá possuir **Licença Ambiental válida**, emitida pelo órgão ambiental competente (estadual ou federal), contemplando expressamente as atividades de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde, com indicação do tipo de tecnologia empregada e da capacidade operacional licenciada.



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

**4.11.1.5.** Deverá comprovar o Cadastro Técnico Federal – **CTF/IBAMA**, quando aplicável, conforme a Lei nº 6.938/1981 e normas correlatas, para atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais.

**4.11.1.6.** Será exigido o Cadastro ou autorização junto ao órgão ambiental estadual competente (**no Paraná, Instituto Água e Terra – IAT**), incluindo eventuais autorizações para transporte de resíduos perigosos e operação de unidades de tratamento.

**4.11.1.7.** A empresa deverá apresentar **Alvará Sanitário vigente**, expedido pela autoridade sanitária competente, compatível com as atividades executadas, em atendimento às normas da Vigilância Sanitária e da RDC ANVISA nº 222/2018.

**4.11.1.8.** Para a contratação em comento, não será exigida Autorização de Funcionamento de Empresa – **AFE**, emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, uma vez que o objeto consiste na prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos de serviços de saúde, e não no fornecimento de insumos ou produtos sujeitos ao controle sanitário direto da referida Agência, ressalvada a hipótese de a contratada exercer atividade que, por sua natureza específica, esteja legalmente sujeita a esse tipo de autorização, conforme regulamentação vigente.

**4.11.1.9.** Deverá comprovar Registro e regularidade junto aos conselhos profissionais competentes, quando exigível, bem como a existência de responsável técnico legalmente habilitado.

**4.11.1.10.** Será exigida a apresentação de Certificado de Regularidade do Corpo de Bombeiros, referente às instalações operacionais, garantindo atendimento às normas de segurança contra incêndio e pânico.

**4.11.1.11.** A contratada deverá comprovar que os veículos utilizados no transporte dos resíduos atendem às exigências legais de licenciamento, vistoria, identificação e adequação técnica para transporte de resíduos perigosos, incluindo autorizações específicas, quando aplicáveis.

**4.11.1.12.** Deverá manter sistema de Manifesto de Transporte de Resíduos – **MTR**, conforme legislação ambiental vigente, bem como emitir **Certificados de Tratamento e Destinação Final**, assegurando a rastreabilidade e o controle da cadeia de gerenciamento dos resíduos.

**4.11.1.13.** a empresa deverá apresentar a MRT (manifesto de transporte de resíduos todas as vezes em for e feito a recolha dos mesmo assim assegurando a ajudando na criação de relatórios para fins de controle das recolhas ocorridas em cada unidade de saúde.

**4.11.1.14.** Todos os documentos deverão permanecer válidos durante toda a vigência contratual, cabendo à contratada manter sua regularidade e comunicar imediatamente qualquer alteração, suspensão ou cancelamento de licenças, sob pena de aplicação das sanções previstas em contrato e na legislação vigente.





ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

**4.11.1.15.** A inobservância das exigências de licenciamento e autorizações poderá ensejar a aplicação de penalidades contratuais, a suspensão da execução, a rescisão contratual, além de responsabilização administrativa, civil e ambiental, nos termos da Lei nº 14.133/2021, da legislação ambiental e sanitária aplicável.

**4.11.1.16.** Dessa forma, a definição clara das autorizações, licenças e registros necessários constitui medida essencial para assegurar a legalidade da contratação, a mitigação de riscos, a segurança sanitária, a proteção ambiental e a regularidade institucional do Município.

## **4.12. PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES APLICÁVEIS AO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE**

**4.12.1.1.** O gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde deverá ser executado em conformidade com o **Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS**, elaborado pelo órgão gerador, observando integralmente as normas vigentes, especialmente aquelas expedidas pelos órgãos de vigilância sanitária e ambientais, em consonância com a legislação federal aplicável.

**4.12.1.2.** A **RDC nº 222/2018 da ANVISA** estabelece o marco regulatório para o gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde – RSS, aplicando-se a todos os geradores cujas atividades envolvam qualquer etapa do gerenciamento desses resíduos, sejam eles públicos ou privados, filantrópicos, civis ou militares, incluindo aqueles que exercem atividades de ensino e pesquisa, conforme dispõe seu art. 2º.

**4.12.1.3.** Para os efeitos da referida resolução, consideram-se geradores de RSS todos os serviços cujas atividades estejam relacionadas à atenção à saúde humana ou animal, inclusive serviços de assistência domiciliar; laboratórios analíticos; necrotérios, funerárias e serviços de tanatopraxia; serviços de medicina legal; drogarias e farmácias, inclusive de manipulação; estabelecimentos de ensino e pesquisa na área da saúde; centros de controle de zoonoses; distribuidores e importadores de produtos farmacêuticos; unidades móveis de atendimento à saúde; serviços de acupuntura; serviços de piercing, tatuagem, salões de estética e demais atividades afins.

**4.12.1.4.** Ressalva-se que a RDC nº 222/2018 não se aplica a fontes radioativas seladas, que seguem regulamentação específica da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN, nem às indústrias de produtos sob vigilância sanitária, que devem observar as condições próprias de seu licenciamento ambiental.

**4.12.1.5.** O art. 94 da RDC nº 222/2018 dispõe expressamente que o descumprimento de suas disposições configura **infração sanitária**, nos termos da Lei nº 6.437/1977, sem prejuízo das responsabilidades civis, administrativas e penais cabíveis.

**4.12.1.6.** Nesse contexto, deverá constar expressamente, no rol de obrigações da contratada e nos instrumentos convocatórios, cláusula estabelecendo que:



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

***A) “Quanto ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, a contratada deverá obedecer integralmente às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS elaborado pelo órgão gerador, bem como às diretrizes da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), do Decreto nº 10.936/2022, da Resolução CONAMA nº 358/2005 e da RDC ANVISA nº 222/2018.”***

**4.12.1.7.** Destaca-se que o tratamento, a destinação final e o depósito de resíduos de serviços de saúde em unidades de tratamento ou de destinação final demandam registro no Cadastro Técnico Federal – **CTF/APP do IBAMA**, conforme enquadramento na Ficha Técnica de Enquadramento – FTE, Categoria: Serviços de Utilidade; Código 17-64; Descrição: Serviços de saúde – Disposição de resíduos especiais, nos termos da Lei nº 12.305/2010, art. 13, inciso I, alínea “g”.

**4.12.1.8.** Adicionalmente, a pessoa jurídica que execute atividades de gerenciamento de resíduos sólidos perigosos ou não perigosos, incluindo geração, transporte, armazenamento e tratamento, deverá estar regularmente inscrita no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – **CTF/AIDA**, bem como possuir responsável técnico igualmente inscrito, conforme previsto na Lei nº 6.938/1981 e na Instrução Normativa IBAMA nº 10/2013.

**4.12.1.9.** Ressalta-se que as disposições específicas constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis relativas ao CTF/AIDA devem ser integralmente observadas, sendo recomendada a consulta ao Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos – **SINIR**, mantido pelo Ministério do Meio Ambiente.

**4.12.1.10.** A ANVISA esclarece, em material técnico complementar à RDC nº 222/2018, que esta norma substituiu e atualizou a antiga RDC nº 306/2004, em razão da evolução tecnológica, da consolidação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e da necessidade de harmonização com a Resolução CONAMA nº 358/2005, promovendo maior integração normativa e atualização dos critérios técnicos.

**4.12.1.11.** Ressalta-se ainda que o Anexo I da RDC nº 222/2018 e o Anexo I da Resolução CONAMA nº 358/2005 possuem estrutura de classificação compatível, dividindo os resíduos em grupos e subgrupos, sendo recomendável a consulta conjunta para correta classificação e tratamento, especialmente no que se refere aos Grupos A, B, C, D e E.

**4.12.1.12.** Nos termos da Lei nº 12.305/2010, os resíduos sólidos são definidos como todo material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas, cuja destinação final deva ocorrer de forma ambientalmente adequada, incluindo sólidos, semissólidos, gases contidos em recipientes e líquidos cuja disposição em redes públicas seja tecnicamente inviável. Os rejeitos, por sua vez, correspondem aos resíduos que, após esgotadas todas as possibilidades tecnicamente e economicamente viáveis de tratamento e recuperação, somente admitem disposição final ambientalmente adequada.

**4.12.1.13.** Quanto à classificação, os resíduos sólidos podem ser categorizados quanto à origem e quanto à periculosidade, destacando-se, para a presente contratação, os **resíduos de serviços**

Rua Vânio Ghellere, 64 – Centro - CEP 85877-000 – São Miguel do Iguaçu - Paraná

[www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – [licitacoes@saomiguel.pr.gov.br](mailto:licitacoes@saomiguel.pr.gov.br) (45) 3565-8139



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

**de saúde**, considerados resíduos potencialmente perigosos, em razão de suas características de patogenicidade, toxicidade, inflamabilidade, reatividade e riscos à saúde pública e ao meio ambiente.

**4.12.1.14.** Diante da natureza dos serviços contratados, é imprescindível que a empresa executora observe rigorosamente todos os requisitos legais, técnicos e ambientais, assegurando a correta segregação, acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final, mantendo rastreabilidade documental e atendimento integral ao PGRSS do Município, sob pena de aplicação das sanções administrativas, ambientais, civis e penais cabíveis.

**4.12.1.15.** Dessa forma, a incorporação das diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis à presente contratação não constitui mera formalidade, mas elemento estruturante do planejamento, da seleção da solução mais adequada e da gestão contratual, assegurando que o serviço seja prestado de forma ambientalmente responsável, socialmente segura e economicamente eficiente, em consonância com os princípios da Lei nº 14.133/2021, com a política ambiental brasileira e com o interesse público.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO E/OU FORNECIMENTO DO OBJETO CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS OU FORNECIMENTO DOS BENS

**5.1.** A execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde deverá observar rigorosamente a periodicidade mínima estabelecida, de modo a assegurar a regularidade da prestação do serviço, evitar o acúmulo de resíduos nas unidades geradoras e mitigar riscos sanitários, ambientais e operacionais.

**5.2.** A contratada deverá realizar as coletas conforme o **cronograma mínimo definido no Quadro 02**, considerando a localização das unidades e as respectivas distâncias da sede do Município, sem prejuízo de ajustes operacionais previamente autorizados pela Administração, quando houver necessidade excepcional devidamente justificada.

**5.3.** A periodicidade indicada constitui estimativa mínima obrigatória, podendo ser ampliada conforme a demanda efetiva, mediante solicitação da fiscalização do contrato, sem geração automática de direito a reequilíbrio econômico-financeiro.

### 5.4. Da obrigatoriedade da troca simultânea de bombonas – Regra “1x1”

**5.4.1.** Nas coletas que envolverem substituição de vasilhames, bombonas ou quaisquer recipientes destinados ao acondicionamento de resíduos de serviços de saúde, a contratada deverá observar obrigatoriamente o sistema de troca simultânea denominado **“Regra 1x1”**, consistente na retirada do recipiente contendo os rejeitos e na imediata disponibilização de outro recipiente vazio, higienizado, íntegro e devidamente identificado, garantindo a continuidade segura do acondicionamento nas unidades geradoras.



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

5.4.2. A substituição deverá ocorrer no mesmo ato da coleta, vedada a retirada de recipientes sem a reposição correspondente, salvo em situações excepcionais devidamente autorizadas pela fiscalização do contrato. Os recipientes disponibilizados deverão atender às normas técnicas sanitárias e ambientais vigentes, possuir condições adequadas de uso, vedação e identificação, bem como compatibilidade com os tipos de resíduos acondicionados.

5.4.3. O descumprimento da Regra 1x1 será considerado falha operacional relevante, podendo ensejar registro de não conformidade, aplicação do Instrumento de Medição de Resultados – IMR, glosas na medição e demais sanções previstas neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

## QUADRO 02 – CRONOGRAMA OPERACIONAL DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

Item	Unidade Geradora	Localização	Periodicidade da Coleta	Distância Aproximada da Sede
1	Complexo Hospitalar	Sede do Município	02 (duas) vezes por semana	—
2	UBS Central	Sede do Município	02 (duas) vezes por semana	—
3	UBS Aurora do Iguaçu	Aurora do Iguaçu	Quinzenal	10 km
Item	Unidade Geradora	Localização	Periodicidade da Coleta	Distância Aproximada da Sede
4	UBS São Jorge	São Jorge	Quinzenal	8 km
5	Clínica de Especialidades Médicas	Sede do Município	Quinzenal	—
6	UBS Santa Catarina	Sede do Município	Quinzenal	—
7	UBS Gaúcha	Sede do Município	Quinzenal	—
8	UBS Novo Mundo	Sede do Município	Quinzenal	—
9	UBS Panorama	Sede do Município	Quinzenal	—
10	Vigilância Sanitária	Sede do Município	Quinzenal	—

Rua Vânio Ghellere, 64 – Centro - CEP 85877-000 – São Miguel do Iguaçu - Paraná

[www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – [licitacoes@saomiguel.pr.gov.br](mailto:licitacoes@saomiguel.pr.gov.br) (45) 3565-8139



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

11	UBS Guanabara	Guanabara	Mensal	22 km
12	UBS Santa Rita	Santa Rita	Mensal	12 km
13	UBS Santa Rosa	Santa Rosa do Ocoí	Mensal	12 km
14	UBS Santa Cruz	Santa Cruz do Ocoí	Mensal	12 km
15	UBS Vila Rural	Vila Rural	Mensal	10 km
16	UBS Ipiranga	Vila Ipiranga	Mensal	15 km
17	UBS Área Indígena	Aldeia Indígena	Mensal	17 km

## 6. DO PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

Após a homologação do certame, assinatura do contrato e emissão da nota de empenho, o início da execução dos serviços será imediato, observado o cronograma operacional definido em reunião de alinhamento entre a contratada e o setor requisitante.

### 6.1. Da reunião de alinhamento operacional;

### 6.2. Na reunião inicial deverão ser definidos, no mínimo:

- O cronograma definitivo de coletas, observada a periodicidade mínima estabelecida no Quadro 02;
- O preposto da empresa contratada, responsável pelo atendimento e interlocução com a Administração;
- O responsável designado pela Administração para solicitação de coletas extraordinárias e acompanhamento operacional;
- Os canais formais de comunicação, para registro de solicitações, ocorrências e emergências.

### 6.3. Do atendimento a situações emergenciais

A contratada deverá atender coletas emergenciais no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, quando solicitado pela Administração, especialmente em situações que envolvam risco sanitário, acúmulo excepcional de resíduos ou intercorrências operacionais.

### 6.4. DO LOCAL DE EXECUÇÃO

**6.4.1.** Os locais de execução dos serviços correspondem às unidades de saúde relacionadas no Quadro 02, constante deste Termo de Referência.



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

**6.4.2.** O local específico de coleta deverá ser claramente indicado no momento da solicitação, quando aplicável, sem prejuízo do atendimento ao cronograma regular, sendo que só em casos excepcionais será solicitada a coleta, fora isso a empresa deve seguir o cronograma de coleta pre- estabelecido nesse TR.

## **6.5. DO ATRASO NA EXECUÇÃO**

**6.5.1.** A contratada deverá executar os serviços nos prazos e periodicidades estabelecidos.

Eventual atraso somente poderá ser admitido mediante justificativa formal e aprovação prévia da Administração, não podendo exceder o prazo máximo de **05 (cinco) dias corridos**, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

## **6.6. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

**6.6.1.** Do recebimento provisório;

Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo fiscal do contrato, mediante verificação da execução conforme cronograma, apresentação dos documentos ambientais obrigatórios (**MTR, CDF, relatórios de coleta**), no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**.

**6.6.2.** Da correção de inconformidades

Constatada qualquer desconformidade na execução dos serviços, a contratada deverá proceder à regularização imediata, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais.

**6.6.3.** Do recebimento definitivo

O recebimento definitivo ocorrerá após a validação da execução, da regularidade documental e do atendimento integral às condições contratuais, mediante termo circunstanciado, no prazo de até **10 (dez) dias úteis** após o recebimento provisório.

**6.6.4.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais falhas, danos ambientais, sanitários ou operacionais decorrentes da execução contratual.

## **6.7. DA GARANTIA E RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

**6.7.1.** A contratada deverá garantir a adequada execução dos serviços, respondendo integralmente por eventuais danos causados à Administração, ao meio ambiente, a terceiros ou aos usuários do serviço público.

**6.7.2.** Não será exigida garantia contratual prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto, a forma de pagamento após a execução comprovada dos serviços e o baixo risco financeiro à Administração.





ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

**6.7.3.** Permanecem aplicáveis as responsabilidades previstas no Código de Defesa do Consumidor (**Lei nº 8.078/1990**), no que couber, e na legislação ambiental e sanitária vigente.

## **6.8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.8.1.** A Secretaria Municipal de SAÚDE é a demandante, e será responsável pela designação formal do gestor dos contratos, e na ausência de indicação expressa, o respectivo Secretário Municipal como gestor do contrato.

**6.8.2.** O(a) Secretário (a) Municipal designará os agentes públicos que atuarão como fiscal e como suplente.

**6.8.3.** A Administração Municipal respeitará, em relação aos seus contratos e atas de registro de preços, os princípios da boa-fé, da lealdade e da segurança jurídica e primará pelo respeito mútuo, boa convivência, transparência, cordialidade, diálogo e pontualidade.

**6.8.4.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.8.5.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.8.6.** A administração pública municipal respeitará as vedações do *caput* do artigo 48 da Lei 14133/2021.

**6.8.7.** O Contratado observará as vedações do parágrafo único do artigo 48 da Lei 14133/2021.

**6.8.8.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim. **6.8.9.** O Município de São Miguel do Iguaçu, por meio do gestor contratual ou do fiscal do contrato, poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.8.10.** Antes do início da execução contratual, quando necessário e em razão da natureza e complexidade do objeto do contrato, o gestor do contrato convocará os fiscais do contrato e o representante do contratado para reunião inicial, com o objetivo de explicar pontos relevantes relacionados ao cumprimento de deveres e obrigações contratuais, em especial, a entrega do objeto, emissão da nota fiscal e pagamento, aplicação de sanções, atividades de gestão e fiscalização e outros que se mostrarem pertinentes, conforme o caso concreto, buscando dirimir as dúvidas existentes e assegurar o bom andamento da execução.

**6.8.11.** A reunião, que poderá ser presencial ou por videoconferência, deverá ser registrada em ata e juntada aos autos do processo administrativo de gestão e fiscalização do contrato, indicando-se expressamente na ata os canais de comunicação que serão utilizados



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

rotineiramente para a comunicação entre o representante da Administração Municipal e o preposto do contratado, privilegiando-se sempre a comunicação eletrônica.

## 6.8.12. Reparação de Acidentes Ambientais

Cronograma de Resposta.

6.8.12.1. Considerando a natureza potencialmente poluidora do objeto contratado e os riscos inerentes ao manejo, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde, fica estabelecido o seguinte **cronograma mínimo obrigatório de resposta e reparação de acidentes ambientais**, a ser observado pela contratada sempre que ocorrer vazamento, derramamento, extravio de carga, contaminação ambiental ou qualquer evento que possa gerar risco sanitário, ambiental ou ocupacional:

I – Comunicação imediata do evento:

A contratada deverá comunicar formalmente a ocorrência ao gestor e ao fiscal do contrato no prazo máximo de **02 (duas) horas** após a identificação do fato, apresentando descrição preliminar da ocorrência, local, data, horário e medidas emergenciais adotadas.

II – Contenção inicial:

Deverá ser realizada a contenção do risco ambiental no prazo máximo de **06 (seis) horas**, com isolamento da área afetada, uso de EPIs, aplicação de materiais absorventes e demais procedimentos técnicos previstos no Plano de Contingência da contratada.

III – Ação corretiva e limpeza:

A descontaminação, recolhimento dos resíduos e limpeza técnica da área afetada deverão ocorrer em até **24 (vinte e quatro) horas**, salvo impedimento técnico devidamente justificado e aceito pela Administração.

IV – Apresentação de Relatório Técnico:

No prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, a contratada deverá apresentar relatório circunstanciado contendo análise da causa raiz, medidas corretivas adotadas, comprovação documental da destinação final ambientalmente adequada e plano preventivo para evitar reincidências.

V – Monitoramento e reparação ambiental:

Quando houver dano ambiental identificado, a contratada deverá executar medidas de reparação e monitoramento pelo período técnico necessário, conforme orientação do órgão ambiental competente, sem ônus adicional à Administração.

6.8.12.2. Parágrafo único. O descumprimento dos prazos estabelecidos neste cronograma caracterizará falha grave na execução contratual, podendo ensejar aplicação de sanções



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

administrativas, glosas na medição, responsabilização ambiental e demais penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e na legislação ambiental vigente.

## GESTOR CONTRATUAL

**6.9.** São atribuições do gestor do contrato e da ata de registro de preços, dentre outras:

**6.9.1.** Coordenar e supervisionar os fiscais no desempenho de suas atribuições;

**6.9.2.** Manifestar-se em caso de prorrogação de prazos, vantajosidade da manutenção do contrato, alterações contratuais, reequilíbrio econômico-financeiro e extinção contratual;

**6.9.3.** Realizar os procedimentos de prorrogação de prazos, alterações contratuais, reequilíbrio econômico-financeiro e extinção contratual;

**6.9.4.** Acompanhar a execução do objeto, por meio dos relatórios e demais documentos elaborados pelos fiscais;

**6.9.5.** Notificar o contratado sobre irregularidades não saneadas e sobre a abertura de processo administrativo sancionador;

**6.9.6.** Ordenar, cautelarmente, a suspensão da execução contratual;

**6.9.7.** Encaminhar pedido para instauração de processo administrativo sancionador;

**6.9.8.** Outras atividades compatíveis com a função.

## **6.10. PREPOSTO**

**6.10.1.** A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

**6.10.2.** A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

## **7. REGIME DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**

**7.1.1.** O modelo de gestão e fiscalização compreende a fiscalização administrativa, técnica e setorial.

**7.1.2.** Será aberto um livro de registro para o contrato, onde serão anotadas todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato.

**7.1.3.** Caso haja alguma divergência de quantidade ou qualidade, será determinada a regularização das faltas, defeitos e vícios observados.



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

**7.1.4. O contratado será formalmente cientificado de qualquer irregularidade e poderá manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias úteis, devendo a administração pública responder em igual prazo.**

**7.1.5. A fiscalização da Contratação não excluirá e nem reduzirá a responsabilidade do contratado, quanto a má execução por sua parte, da parcela que lhe cabe, sendo obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.**

**7.1.6. A ocorrência de caso fortuito ou força maior, que implique na redução da qualidade do serviço entregue, afasta a aplicação de sanção, mas não autoriza o pagamento integral de valores.**

**7.1.7. Caso necessário, o Fiscal explicará ao contratado as dúvidas administrativas e técnicas surgidas na execução do objeto contratado.**

**7.1.8. A fiscalização será exercida conforme o cronograma de fornecimento ou data programada para parcela única, conforme o caso, oportunidade em que serão aferidas as medições dos serviços executados, e avaliadas as planilhas de medição emitidas conforme disposto em contrato, bem como quantidade e qualidade de itens entregues (no caso de fornecimento de bens).**

**7.1.9. Durante a vigência do contrato, serão verificadas a qualidade, a quantidade e o uso correto dos materiais (inclusive equipamentos e epis) necessários à execução do contrato. Serão verificadas todas as condições necessárias à execução da mesma pela equipe de fiscalização designada pela Administração Municipal.**

**7.1.10. Será exigida a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços, exigíveis para a perfeita execução do objeto; também exigirá o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho; e determinará, quando for o caso, motivadamente, a substituição de empregado do contratado ou subcontratado que estiver comprometendo o bom andamento da execução;**

**7.1.11. Poderão ser requeridos testes, exames e ensaios, quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;**

**7.1.12. Serão conferidas todas as notas fiscais emitidas.**

**7.1.13. A qualquer tempo e antes da assinatura do contrato e de qualquer pagamento, serão verificadas a validade e armazenados os documentos de comprovação da regularidade fiscal, previdenciária, FGTS, tributária e trabalhistas do contratado;**

**7.1.14. A qualquer tempo e antes da assinatura do contrato e qualquer pagamento, serão verificadas as ocorrências de causas impeditivas, anotadas no TCE PR, TCU, CEIS, CNEP, CNJ e cadastro municipal de fornecedores;**



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

**7.1.15.** Quando não houver risco de prejuízo à correta execução das suas atribuições, a fiscalização técnica e a fiscalização administrativa do contrato poderão ficar a cargo do mesmo agente público.

**7.1.16.** A verificação da conformidade da execução do objeto será de responsabilidade da repartição públicas atendidas, sendo o **responsável do setor** designado como **fiscal setorial** para o recebimento inicial do objeto executado. Em caso de dúvidas, por parte desse fiscal, acerca da real prestação dos serviços, de sua conformidade ou de sua qualidade, o fiscal técnico da contratação será acionado para a conferência dos serviços.

**7.1.17.** Quando o fiscal técnico não conseguir comprovar de forma suficiente a efetiva execução do objeto ou a necessidade da coleta realizada, a contratada poderá ser convocada a apresentar, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da solicitação da Contratante, relatório técnico comprobatório referente às coletas extraordinárias efetuadas, para fins de validação da necessidade e da regularidade da execução dos serviços.

## **7.2. DESIGNAÇÃO DO FISCAL DO CONTRATO**

**7.2.1.** A fiscalização será realizada por um ou mais fiscais, conforme necessário, em razão da natureza do objeto e das características do contrato.

**7.2.2.** Caso houver necessidade de acordo com a especificação do objeto a ser licitado, será instituída uma comissão para recebimento do mesmo.

**7.2.3.** Em objetos que envolvam baixa complexidade técnica e local único de entrega, o gestor, após justificativa técnica, poderá designar apenas um fiscal, que exercerá as funções de fiscal administrativo e técnico.

**7.2.4.** Os contratos realizados em múltiplos lugares, que demandem acompanhamento constante, deverão ter, no mínimo, 1 (um) agente público formalmente designado como fiscal setorial para cada um dos locais de execução.

**7.2.5.** Os agentes relacionados à gestão e fiscalização dos contratos deverão ser informados, quando da sua designação, das atribuições envolvidas e não poderão recusar a designação, mas poderão manifestar-se, de forma motivada, sobre eventual ausência de condições para o desempenho das suas atribuições.

**7.2.6.** No mesmo ato em que se designar o fiscal do contrato, será designado o seu suplente, que será formalmente convocado na ausência do fiscal, assumindo, a partir de então e até o retorno do fiscal, a responsabilidade pela fiscalização do contrato.

**7.2.7.** Quando a suplência decorrer de férias, licença ou outro evento de duração estendida, o fiscal deverá comunicar, formalmente, a ausência ao gestor do contrato ou da ata de registro de preços.



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

**7.2.8.** Os agentes públicos relacionados à gestão e fiscalização dos contratos deverão informar eventual existência de relacionamento direto com o contratado que caracterize conflito de interesses, sob pena de responsabilização administrativa.

**7.2.9.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), constantes da Portaria nº 172/2025.

**7.2.10.** A emissão dos termos de recebimentos provisório e definitivo, dentro dos prazos estabelecidos, é dever do fiscal do contrato ou da comissão de recebimento designada, conforme o caso, e seu descumprimento ensejará apuração de responsabilidade.

### **7.3. FISCALIZAÇÃO TÉCNICA**

**7.3.1.** A fiscalização técnica será responsável pela fiscalização das obrigações do contratado, ligadas diretamente à execução do objeto contratual.

**7.3.2.** Caberá ao Fiscal Técnico o acompanhamento da execução do contrato, com o objetivo de avaliar se a execução e a entrega do objeto estão nos moldes contratados, bem como se estão sendo mantidas as condições contratuais, além de avaliar a qualidade, quantidade, tempo e modo da prestação dos serviços, conforme critérios estipulados no Termo de Referência.

**7.3.3.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

**7.3.4.** Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**7.3.5.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**7.3.6.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

**7.3.7.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual. **7.3.8.** A fiscalização técnica do Contrato resultante do presente certame ficará sob a responsabilidade do servidor **Débora Boschi** – Enfermeira conforme termo de designação (anexo).





ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

## 7.4. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

**7.4.1.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

**7.4.2.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

**7.4.3.** Quando não houver risco de prejuízo à correta execução das suas atribuições, a fiscalização técnica e a fiscalização administrativa poderão ficar a cargo do mesmo agente público.

**7.4.4.** Durante a execução dos contratos e das atas de registro de preços, o gestor de contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação pelo contratado pelo intermédio de autodeclaração, cabendo ao contratado informar, se houver, a mudança da sua situação, sob pena de infração equiparada à declaração falsa, com a correspondente sanção.

**7.4.5.** A ausência de declaração por parte do contratado presume a manutenção das condições de habilitação.

**7.4.6.** Nas hipóteses em que houver alteração de condição de habilitação:

**7.4.7.** O contratado deverá providenciar a regularização, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ocorrência que gerou o não atendimento da condição de habilitação;

**7.4.8.** Será aplicada multa mensal de 1% (um por cento) sobre as faturas emitidas, enquanto persistir a situação de irregularidade, aumentando a multa para 2% (dois por cento), caso o não atendimento das condições de habilitação persista por mais de 60 (sessenta) dias.

**7.4.9.** A Administração Municipal poderá diligenciar as condições de habilitação do contratado e, obedecido o devido processo administrativo para apuração de responsabilidade, aplicar sanção pelo descumprimento da obrigação de informar a mudança da sua situação, conforme previsão contratual.

**7.4.10.** Quando, por motivo não imputável ao contratado, comprovadamente, não for possível obter, diretamente do órgão ou entidade responsável, documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo preposto, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis, devendo o contratado providenciar as certidões, no prazo de 10 (dez) dias, contados da assinatura ou prorrogação do contrato ou da ata de registro de preços.

**7.4.11.** A fiscalização administrativa do Contrato resultante do presente certame ficará sob a responsabilidade do servidor **ANDRIO PRESA**, conforme termo de designação em anexo.

Rua Vânio Ghellere, 64 – Centro - CEP 85877-000 – São Miguel do Iguaçu - Paraná

[www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – [licitacoes@saomiguel.pr.gov.br](mailto:licitacoes@saomiguel.pr.gov.br) (45) 3565-8139



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

### 8.1. *Fiscalização e Medição dos Serviços*

**8.1.1.** Considerando que os serviços serão executados conforme a demanda das unidades geradoras, os pagamentos serão realizados **proporcionalmente à quantidade efetivamente executada**, mediante comprovação documental e técnica da prestação dos serviços, em conformidade com os critérios de aferição estabelecidos neste Termo de Referência, no Edital e no contrato.

**8.1.2.** Ao final de cada mês, até o último dia útil, a Contratada deverá emitir e encaminhar à Contratante, previamente à emissão da Nota Fiscal/Fatura, o Relatório Final de Serviços Prestados – **RFSP**, contendo a consolidação de todos os Registros de Serviços Prestados – **RSPs** do período, os quais deverão ser anexados ao RFSP e devidamente atestados pelo servidor responsável pelo recebimento dos serviços.

**8.1.2.1.** O RFSP deverá conter, no mínimo:

- a) Identificação das unidades atendidas;
- b) Datas e horários das coletas realizadas;
- c) Quantitativos coletados (em quilogramas);
- d) Tipo de resíduo coletado;
- e) Destinação final aplicada;
- f) Comprovação documental da rastreabilidade ambiental (MTR, CDF ou documentos equivalentes);
- g) Ocorrências, intercorrências e coletas extraordinárias.

**8.1.2.2.** O RFSP deverá estar devidamente assinado pelo responsável legal ou preposto da Contratada, sob pena de não aceite da Nota Fiscal/Fatura.

**8.1.3.** Com base no RFSP do período mensal, a avaliação e a medição dos serviços executados serão realizadas pelo fiscal técnico e/ou gestor do contrato, que, no prazo máximo de **05 (cinco)** dias úteis, deverá emitir o Termo de Medição, observando os parâmetros mínimos definidos no **Quadro 01 – IMR**, bem como os seguintes critérios:

**8.1.3.1.** Verificação do cumprimento do cronograma de coletas, da regularidade da prestação do serviço e da qualidade da execução;

**8.1.3.2.** Conferência dos quantitativos efetivamente coletados e devidamente comprovados por documentação ambiental;

**8.1.3.3.** Avaliação da conformidade da destinação final dos resíduos, incluindo a verificação da regularidade dos operadores licenciados;



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

**8.1.3.4.** Análise da ocorrência de retrabalhos, não conformidades, atrasos ou falhas operacionais;

**8.1.3.5.** Validação da integridade dos registros e da rastreabilidade dos resíduos.

**8.1.4.** A ausência de documentação comprobatória adequada, inconsistências nos registros, divergências quantitativas ou não conformidades na execução poderão ensejar a glosa parcial ou total da medição, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

## QUADRO 01 – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS – IMR

### 8.1.4.1. Ocorrências, Critérios de Aferição e Pontuação

OCORRÊNCIA	CRITÉRIO DE AFERIÇÃO	PONTUAÇÃO
Inobservância injustificada do prazo máximo para atendimento às solicitações de coleta, conforme prazos estabelecidos neste Termo de Referência.	Verificação pelo fiscal do contrato ou comunicação formalizada por servidor da unidade atendida, registrada em meio eletrônico ou sistema próprio.	2,0
Falta de urbanidade, cordialidade ou conduta inadequada no trato com servidores e usuários das unidades de saúde.	Registro formal pelo fiscal, com descrição do fato e identificação da ocorrência.	0,5
Substituição ou retirada de equipe operacional durante a execução das coletas sem anuência prévia da Administração.	Registro formal pelo fiscal, com comprovação da ocorrência.	1,0
Recusa injustificada em corrigir, refazer ou regularizar serviço executado em desconformidade, quando determinado pela fiscalização.	Registro formal pelo fiscal, com comprovação da não conformidade e da recusa.	3,0



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

OCORRÊNCIA	CRITÉRIO DE AFERIÇÃO	PONTUAÇÃO
Não realização da coleta dentro do prazo previsto em contrato ou acordado com a fiscalização.	Registro formal e justificativa apresentada pela contratada.	5,0
Não apresentação ou atraso na entrega dos relatórios obrigatórios (RFSP, RSP, MTR, CDF), quando exigidos.	Registro formal pelo fiscal.	2,0
Execução de serviço sem autorização formal da fiscalização ou recusa injustificada em executar serviço determinado.	Registro formal e justificativa apresentada.	3,0
Não apresentação de relatório ou laudo técnico quando constatada impossibilidade de coleta ou inviabilidade técnica/econômica da operação.	Registro formal pelo fiscal.	4,0
Não atendimento às solicitações de esclarecimento da Contratante no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.	Registro formal da solicitação e do descumprimento do prazo.	2,0
Descumprimento do prazo contratual para início da execução dos serviços.	Registro formal pelo gestor ou fiscal.	4,0
Atraso relevante ou demora injustificada na execução das coletas, extrapolando o tempo operacional pactuado.	Registro formal e análise da justificativa apresentada.	3,0

#### 8.1.4.2. Apuração da Pontuação e Aplicação do IMR

As pontuações das ocorrências registradas no período serão **somadas mensalmente**, para fins de apuração do percentual de pagamento, conforme a tabela abaixo:

PONTUAÇÃO ACUMULADA	PERCENTUAL DO VALOR MENSAL A SER PAGO
0,5 a 1,0 ponto	99%
1,1 a 2,0 pontos	98%
2,1 a 3,0 pontos	97%

Rua Vânio Ghellere, 64 – Centro - CEP 85877-000 – São Miguel do Iguaçu - Paraná

[www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – [licitacoes@saomiguel.pr.gov.br](mailto:licitacoes@saomiguel.pr.gov.br) (45) 3565-8139



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

3,1 a 4,0 pontos	96%
4,1 a 5,0 pontos	95%
5,1 a 6,0 pontos	93%
<b>PONTUAÇÃO ACUMULADA</b>	<b>PERCENTUAL DO VALOR MENSAL A SER PAGO</b>
6,1 a 7,0 pontos	90%
Acima de 7,0 pontos	85%

**8.1.4.3. Observação:** A aplicação do IMR não afasta a possibilidade de aplicação concomitante de sanções administrativas, quando caracterizada infração contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**8.1.4.4.** A aferição das ocorrências fica condicionada à verificação pelo gestor/fiscal do contrato ou comunicação formalizada a este pelo servidor que a tiver verificado, podendo a comunicação ser feita por correspondência eletrônica.

**8.1.4.5.** Em caso de reincidência na mesma conduta, o percentual de medição de resultado será aplicado em dobro.

**8.1.4.6.** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento conforme resultado do IMR, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

Não produzir os resultados pretendidos na execução do objeto, os quais estão descritos no Edital e documentos da contratação;

Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**8.1.4.7.** Os descontos decorrentes da medição de resultados serão aplicados cumulativamente no caso de ocorrência concomitante de mais de uma infração.

**8.1.4.8.** Todas as ocorrências serão registradas pelo Fiscal Técnico do Contrato, e descritas no Termo de Medição que será anexado ao Termo de Recebimento Provisório.

**8.1.4.9.** O Termo de Recebimento Provisório será encaminhado ao Gestor do Contrato para proceder o Recebimento Definitivo.

**8.1.4.10.** A medição de resultado será comunicada pelo GESTOR à CONTRATADA, por meio de notificação formal, que poderá ocorrer através do e-mail apontado pela mesma, sendo

Rua Vânio Ghellere, 64 – Centro - CEP 85877-000 – São Miguel do Iguaçu - Paraná

[www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – [licitacoes@saomiguel.pr.gov.br](mailto:licitacoes@saomiguel.pr.gov.br) (45) 3565-8139



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

concedido prazo de 5(cinco) dias úteis, a partir do recebimento da comunicação para contestar o cálculo do IMR.

**8.1.4.11.** A CONTRATADA PODERÁ APRESENTAR JUSTIFICATIVA para a prestação de serviço com menor nível de conformidade, que PODERÁ SER ACEITA PELA CONTRATANTE desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador (por motivo de caso fortuito ou de força maior).

Caso não seja aceita a justificativa, o GESTOR DO CONTRATO realizará a medição conforme valor apurado para o IMR, podendo ainda apontar a aplicação de penalidades, conforme previsto neste estudo.

**8.1.4.12.** Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.

**8.1.4.13.** A CONTRATADA deverá apresentar a fatura (nota fiscal) referente ao período de medição com o valor ajustado pela aplicação do IMR. Caso a fatura apresentada não esteja ajustada ao valor apurado pelo IMR, esta será devolvida para os ajustes, sendo efetuado o pagamento somente após as correções e regular tramitação dos novos documentos.

**8.1.4.14.** A medição dos resultados e da produtividade (IMR) será encaminhada juntamente com o relatório do GESTOR/FISCAL do contrato atestando o recebimento dos serviços, com a nota fiscal e demais documentos exigidos para fins de pagamento.

**8.1.4.15.** A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

**8.1.4.16.** Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

**8.1.4.17.** O gestor de contrato e/ou fiscal técnico, ao verificar que houve sub-dimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos nas normas legais.

**8.1.4.18.** A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste estudo e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

**8.1.4.19.** O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.





ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

Independentemente dos descontos de produtividade mencionados, os descumprimentos contratuais ensejarão a aplicação das penalidades previstas.

**8.1.4.20.** A fiscalização de que trata este capítulo não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos.

## **9. CRITÉRIOS DE MONITORAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS**

**9.1.1.** Além do uso do **Índice de Medição de Resultados – IMR**, será adotado como indicador complementar de desempenho a **Taxa de Retrabalho**, a qual deverá ser mantida abaixo do limite máximo aceitável de **até 5% (cinco por cento)**, conforme parâmetro a ser definido no contrato.

**9.1.1.1.** Considera-se satisfatória a execução dos serviços quando a Taxa de Retrabalho permanecer dentro do limite estabelecido, sem prejuízo do atendimento integral ao cronograma, à regularidade documental (**MTR, CDF e relatórios**) e às exigências ambientais e sanitárias.

**9.1.1.2.** O descumprimento reiterado dos limites estabelecidos poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas no contrato e na **Lei nº 14.133/2021**, observado o contraditório e a ampla defesa.

### **9.1.2. DEFINIÇÃO DA TAXA DE RETRABALHO**

**9.1.2.1.** A **Taxa de Retrabalho** será definida como a relação percentual entre a quantidade de **coletas ou serviços que necessitarem ser refeitos ou complementados** em razão de:

- a) Não realização da coleta no prazo programado;
- b) Coleta incompleta, inadequada ou em desacordo com as normas técnicas;
- c) Permanência de resíduos nas unidades geradoras após a coleta;
- d) Inconsistências, ausência ou irregularidades na documentação ambiental obrigatória (**MTR, CDF ou equivalentes**);
- e) Não conformidades operacionais identificadas pela fiscalização.

**9.1.2.2.** O cálculo da Taxa de Retrabalho será realizado **mensalmente**, considerando o total de coletas e serviços executados no período de apuração.

### **9.1.3. FINALIDADE DO INDICADOR**

**9.1.3.1.** Monitorar a eficiência operacional e a qualidade da prestação dos serviços;

**9.1.3.2.** Identificar falhas operacionais, logísticas, ambientais ou documentais;

**9.1.3.3.** Subsidiar a adoção de medidas corretivas e preventivas;



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

**9.1.3.4.** Fortalecer a transparência, a rastreabilidade e o controle da fiscalização contratual.

## 9.1.4. OUTROS MECANISMOS DE AVALIAÇÃO

**9.1.4.1.** A utilização da Taxa de Retrabalho não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos de avaliação da execução contratual, tais como: a) Verificação do cumprimento do cronograma de coletas;

- b) Regularidade da documentação ambiental;
- c) Relatórios de fiscalização;
- d) Auditorias, inspeções técnicas e ambientais.

## 9.1.4.2. METODOLOGIA – TAXA DE MEDIÇÃO DE RETRABALHO

### A. Fórmula de Cálculo

Taxa de Retrabalho (%) = (Número de coletas ou serviços refeitos ou complementados ÷ Total de coletas realizadas no período) × 100

### B. Conceito de Retrabalho

Considera-se **retrabalho** toda nova coleta, retorno operacional ou correção documental necessária em razão de falha na execução anterior, incluindo:

- I. Coleta não realizada ou incompleta;
- II. Permanência de resíduos no local;
- III. Erro ou ausência de MTR, CDF ou documento equivalente;
- IV. Descumprimento de requisitos técnicos ou sanitários;
- V. Determinação formal da fiscalização para correção.

### C. Periodicidade de Avaliação

A Taxa de Retrabalho será apurada **mensalmente**, devendo a contratada apresentar relatório consolidado contendo, no mínimo:

- a) Quantidade total de coletas realizadas;
- b) Quantidade de retrabalhos identificados;
- c) Justificativas técnicas;
- d) Medidas corretivas adotadas;
- e) Evidências documentais.

#### D. Exemplo Prático

Em determinado mês, a contratada realizou **120 coletas**. Destas, **8 coletas** precisaram ser refeitas ou complementadas por falhas operacionais.

Aplicando-se a fórmula:

$$\text{Taxa de Retrabalho} = (8 \div 120) \times 100$$



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

Taxa de Retrabalho = **6,67%**

## D. Análise e Ações

### Administrativas Resultado:

A Taxa de Retrabalho de 6,67% ultrapassa o limite aceitável de **5%**.

### Medidas possíveis pela Administração:

- I. Solicitação de esclarecimentos formais;
- II. Determinação de plano de ação corretivo;
- III. Intensificação da fiscalização;
- IV. Aplicação das penalidades previstas contratualmente, quando caracterizada reincidência.

#### 9.1.4.3. ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO

**9.1.4.4.** O Índice de Satisfação do Usuário tem por finalidade mensurar o grau de satisfação dos usuários internos dos serviços de saúde (gestores, servidores, equipes assistenciais e administrativas) quanto à regularidade, pontualidade, organização, segurança, limpeza dos pontos de coleta e qualidade geral da execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos.

**9.1.4.5.** A avaliação poderá ser realizada por meio de formulário simplificado, checklist de conformidade ou registro eletrônico, consolidado periodicamente pela fiscalização do contrato. **9.1.4.6.** O índice será considerado satisfatório quando atingir percentual mínimo de **80% (oitenta por cento)** de avaliação positiva, sem prejuízo da observância dos demais indicadores técnicos e operacionais.

**9.1.4.7.** Resultados inferiores ao índice mínimo poderão ensejar a adoção de medidas corretivas e, quando caracterizada reincidência ou descumprimento contratual, a aplicação das penalidades previstas no contrato e na Lei nº 14.133/2021.

#### METODOLOGIA – ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO

##### 9.1.4.8. Pesquisa de Opinião

**9.1.4.9.** Será realizada pesquisa de opinião periódica junto aos usuários internos dos serviços de saúde (gestores, servidores, equipes assistenciais e administrativas), por meio da aplicação de questionário contendo questões objetivas e campo para observações, contemplando, no mínimo, os seguintes aspectos:

- I. Qualidade geral da execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos;
- II. Pontualidade e regularidade das coletas;
- III. Organização, limpeza e segurança dos pontos de coleta;
- IV. Eficiência no atendimento a solicitações extraordinárias;
- V. Observações e sugestões para melhoria dos serviços.

##### 9.1.4.10. Escala de Avaliação

A avaliação será realizada mediante escala de satisfação padronizada:

Rua Vânio Ghellere, 64 – Centro - CEP 85877-000 – São Miguel do Iguaçu - Paraná

[www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – [licitacoes@saomiguel.pr.gov.br](mailto:licitacoes@saomiguel.pr.gov.br) (45) 3565-8139



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

Nota	Conceito
1	Muito insatisfeito
2	Insatisfeito
Nota	Conceito
3	Neutro
4	Satisfeito
5	Muito satisfeito

#### 9.1.4.11. Cálculo do Índice de Satisfação

O Índice de Satisfação será calculado por meio da seguinte fórmula:

Índice de Satisfação (%) = (Pontuação total obtida ÷ Pontuação máxima possível) × 100

Exemplo:

Se 20 usuários responderam ao questionário, com pontuação total de 80 pontos, sendo 100 a pontuação máxima possível:

Índice de Satisfação =  $(80 \div 100) \times 100$

Índice de Satisfação = **80%**

#### 9.1.4.12. Interpretação e Aplicação dos Resultados, os resultados serão classificados conforme os seguintes parâmetros:

- I. **Acima de 80%:** Satisfatório;
- II. **Entre 60% e 79%:** Atenção / necessidade de melhoria; III. **Abaixo de 60%:** Insatisfatório.

#### 9.1.4.13. Os resultados servirão de subsídio para:

- a) Identificação de oportunidades de melhoria na execução contratual;
- b) Adoção de ações corretivas pela contratada;
- c) Avaliação de desempenho pela fiscalização;
- d) Fundamentação para eventual aplicação de medidas administrativas, quando cabível.

### 10. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

**10.1.** O recebimento dos serviços será dado nas modalidades provisória e definitiva.

#### **10.1.1. Recebimento provisório:**

**10.1.1.1.** O recebimento provisório deverá iniciar no ato do término da execução dos serviços solicitados, sendo realizado no momento da verificação de conformidade e aceitação provisória, mediante assinatura do **Registro de Serviços Prestados (RSP)**, pelo

Rua Vânio Ghellere, 64 – Centro - CEP 85877-000 – São Miguel do Iguaçu - Paraná

[www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – [licitacoes@saomiguel.pr.gov.br](mailto:licitacoes@saomiguel.pr.gov.br) (45) 3565-8139



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização técnica do Contrato ou fiscal setorial (quando houver); para efeitos de posterior conferência de quantidade, qualidade e conformidade com as especificações exigidas para os serviços prestados e na proposta apresentada pelo prestador durante o procedimento licitatório, bem como demais exigências contratuais como a exigência de MTR (manifesto de Transporte de Resíduos (CDF) Certificado de Destinação Final e relatório mensal de coletas.

**10.1.1.2.** Quando houver, o fiscal setorial realizará o recebimento provisório e comunicará os fiscais técnico e administrativo do contrato, bem como o gestor para eventuais providências.

**10.1.1.3.** Ainda como procedimento para o recebimento provisório, a empresa CONTRATADA será responsável por emitir e entregar à CONTRATANTE até o último dia útil do mês, de forma ANTERIOR à emissão da Nota Fiscal/fatura, um Relatório Final de Serviços Prestados – **RFSP** no período, compilando todas as informações contempladas em todos os Registros de Serviços Prestados – **RSPs**.

**10.1.1.4.** Quando notada a desconformidade do Relatório Final de Serviços Prestados – **RFSP** para com os serviços efetivamente prestados e aceitos pelos fiscais setoriais do órgão contratante, o Contratado será notificado para realizar a devida readequação e retificação do mesmo, concluindo a ação em prazo não superior a **5 (cinco) dias úteis** contados da notificação da Contratante.

**10.1.1.5.** Após a retificação do documento, o prazo para o recebimento definitivo será reiniciado, passando a contar novamente **5 (cinco) dias úteis** a partir do recebimento do Relatório Final de Serviços Prestados (RFSP) devidamente readequado.

**10.1.1.6.** No prazo de até 5 (cinco) dias úteis, o **servidor responsável pela fiscalização técnica do objeto** contratado realizará a medição dos serviços com base no Relatório Final de Serviços Prestados para o ateste do cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo da contratação, em conformidade com o que dispõe o Art. 22º, Inciso X, c/c o Art. 23º, Inciso X, do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

**10.1.1.7.** A medição será feita conforme descrito no título 9., com base no quadro 01 - IMR e resultará no Termo de Medição.

**10.1.1.8.** O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou ainda incorreções resultantes da execução contratual, cabendo à fiscalização não atestar o Recebimento Definitivo até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**10.1.1.9.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todo serviço de recolha, sendo a mesmo atestado pelo fiscal do contrato.



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

**10.1.1.10.** Ainda, quando em desacordo com as especificações previstas por este Termo de Referência – TR, os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, e devem ser executados novamente, às custas da contratada, nos prazos exarados no título “7.2” deste Termo de Referência, a contar da notificação do fornecedor, sem prejuízo da aplicação das penalidades e sanções previstas.

**10.1.1.11.** O **Termo de Recebimento Provisório** (contendo o Termo de Medição em anexo) deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao fiscal administrativo do contrato para proceder as medidas documentais necessárias para o recebimento definitivo e envio para pagamento.

## **10.1.2. RECEBIMENTO DEFINITIVO:**

**10.1.2.1.** Os serviços serão recebidos definitivamente em até 3 (três) dias úteis contados do recebimento do Termo de Recebimento Provisório pelo fiscal administrativo do Contrato.

**10.1.2.2.** O **recebimento definitivo dos serviços será realizado por comissão formada pelo gestor e fiscal(is) do contrato** para efeito de verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação, por meio de lista de verificação que demonstre o atendimento de todas as exigências contratuais, obedecendo os seguintes procedimentos:

**A)** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções; **B)** Emitir **Termo de Recebimento Definitivo**, detalhado, para efeito de recebimento definitivo dos serviços entregues, com base nos relatórios e documentações apresentadas (Art. 162º do Decreto Municipal nº 115/2023); e

**C)** Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

**10.1.2.3.** Após o recebimento do documento fiscal em conformidade com a medição atestada e certidões de regularidades da empresa, enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

**10.1.2.4.** O recebimento definitivo poderá ser realizado diretamente pelo fiscal, sem a formação de comissão, nos contratos até metade do valor limite de dispensa de licitação previstos nos incisos I ou II do caput do Art. 75º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, consoante §1º do Art. 161º do Decreto Municipal nº 115/2023.

**10.1.2.5.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do Art. 143, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

Rua Vânio Ghellere, 64 – Centro - CEP 85877-000 – São Miguel do Iguaçu - Paraná

[www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – [licitacoes@saomiguel.pr.gov.br](mailto:licitacoes@saomiguel.pr.gov.br) (45) 3565-8139





ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

**10.1.2.6.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada até que se complete 30 (trinta) dias do recebimento provisório, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**10.1.2.7.** A prorrogação desse prazo deverá ser justificada e anotada em registro.

**10.1.2.8.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **10.2. LIQUIDAÇÃO DE DESPESAS:**

**10.2.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, iniciar-se-á o procedimento de liquidação de despesas, que antecede ao pagamento.

**10.2.2.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada do Termo de Recebimento Definitivo e comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *online* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 68º da Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

**10.2.3.** Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

**10.2.4.** O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**10.2.5.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Secretaria Municipal de Saúde deverá comunicar o setor competente do contratante para abertura de procedimento administrativo punitivo e de rescisão contratual, sendo garantida a ampla defesa à contratada.

**10.2.6.** Também deverão comunicar os órgãos de fiscalização trabalhista, FGTS, previdenciária, a existência do contrato em comento e créditos a promover em nome do fornecedor irregular.

**10.2.7.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**10.2.8.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I. O prazo de validade;
- II. A data da emissão;
- III. Os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV. O período respectivo de execução do contrato;
- V. O valor a pagar; e



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

VI. Destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**10.2.9.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

**10.2.9.1.** O contratado deverá ser NOTIFICADO da irregularidade, sendo assegurada manifestação do contratado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da notificação;

**10.2.9.2.** Sendo identificada a necessidade de glosa após a emissão da nota fiscal, a nota fiscal deverá ser cancelada e reemitida com a devida correção.

**10.2.9.3.** Caso não seja sanada a irregularidade ou verificado o faturamento em desacordo por parte do contratado, o pagamento deverá ser glosado, na medida do descumprimento.

**10.2.9.4.** A glosa não desobriga o Contratado a corrigir os vícios e defeitos até a próxima aferição, e nem exime o Contratado da eventual aplicação de penalidades.

**10.2.9.5.** Havendo regularidade na execução do objeto, o pagamento dos valores devidos em razão dos contratos firmados pela Administração Municipal ocorrerá em, no máximo, **30 (trinta) dias**, contados da data do adimplemento da obrigação pelo contratado.

**10.2.9.6.** Para os contratos de fornecimento, serão consideradas como adimplemento da obrigação pelo contratado, a data da entrega do bem e, nos demais contratos, a conclusão da atividade ou o último dia do ciclo de medição, conforme o caso.

**10.2.9.7.** O prazo de pagamento será suspenso nos casos em que for atestado, pelo fiscal do contrato, o não cumprimento total da obrigação contratual.

**10.2.9.8.** Caso o descumprimento contratual seja parcial, será liberado o pagamento da parcela executada, desde que observadas as regras de glosa.

**10.2.9.9.** Caso o contratado deixe de cumprir a obrigação de emissão de nota fiscal dentro do prazo de pagamento, a Administração Municipal aguardará a entrega da nota fiscal para autorizar o pagamento, o que deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias contados da entrega da nota fiscal, oportunidade em que o contratado não fará jus a correção monetária.

**10.2.9.10.** A Secretaria Municipal de Finanças disponibilizará, no sítio eletrônico oficial do município, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentaram a eventual alteração dessa ordem.

**10.2.9.11.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária indicado no Art. 22º da Lei Complementar Municipal nº 2/2011 - Código Tributário Municipal, mas não incidirão juros de mora.



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

## 10.3. FORMA DE PAGAMENTO E RETENÇÕES:

**10.3.1.1.** Os serviços serão pagos em formato **mensal**, mediante liquidação da Nota Fiscal/fatura correspondente aos serviços atestados como realizados a cada período.

**10.3.1.2.** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente de titularidade do contratado, que deverá ser indicada na proposta comercial.

**10.3.1.3.** Não será emitida ordem bancária em nome de terceiros ou para conta de terceiros.

**10.3.1.4.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**10.3.1.5.** Quando do pagamento, será efetuada a **retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)** prevista no Art. 1º do Decreto nº 460/2023, republicado em 17/07/2023, Diário Oficial Eletrônico nº 3.192; e na forma da Instrução Normativa nº 2.145/2023, que alterou a Instrução Normativa nº 1.234/2012, ambas da Receita Federal do Brasil (RFB), nos pagamentos efetuados pelo fornecimento de bens e pela prestação de serviços.

**10.3.1.6.** No caso de fornecimento de bens ou de prestação de serviços amparados por isenção, deve observar a não incidência ou alíquota zero do imposto sobre a renda, na forma da legislação em vigor.

**10.3.1.7.** Neste caso, a retenção do imposto será feita mediante aplicação da alíquota informada na coluna 02-IR do Anexo I, que incidirá sobre os valores não abrangidos pela isenção, não incidência ou alíquota zero, determinada mediante a aplicação do percentual de 15% sobre a base de cálculo determinada na forma estabelecida pelo artigo 15 da Lei Federal nº 9.249, de 1995, conforme a natureza do bem fornecido ou do serviço prestado. O percentual a ser aplicado sobre o valor a ser pago corresponderá à espécie do bem fornecido ou do serviço prestado, conforme estabelecido em contrato.

**10.3.1.8.** As Contribuições Previdenciárias serão retidas na forma da Lei Federal nº 8.212/1991.

**10.3.1.9.** O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**10.3.1.10.** A presente contratação **NÃO** permite a antecipação de pagamento.

**10.3.1.11.** Até a regulamentação na esfera municipal, eventual cessão fiduciária dos créditos do contrato, deverá observar o disposto na , nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020.



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

**10.3.1.12.** A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

**10.3.1.13.** Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o Art. 12º da Lei Federal nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

**10.3.1.14.** O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020 e anexos)

**10.3.1.15.** A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## **11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

**11.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

**11.2.** O fornecimento do objeto será conforme a demanda do órgão:

### **11.3. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

**11.3.1.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### 11.3.2. Habilitação jurídica

**11.3.2.1.** A possibilidade, ou não, de contratação de pessoas físicas deverá ser objeto de prévia análise e manifestação técnica por parte do órgão contratante, na fase de planejamento da contratação, devendo estar evidenciada no Estudo Técnico Preliminar, em razões de ordem técnica e objetiva.

**11.3.2.2.** O Edital indicará expressa quando admitida a participação de pessoa física.



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

**11.3.2.3.** No caso de admissão de prestação dos serviços por trabalhador autônomo ( sem vínculo de subordinação) para fins de execução do objeto da contratação pública, incluindo os profissionais liberais não enquadrados como sociedade empresária ou empresário individual, nos termos das legislações específicas, ou produtores rurais, a Pessoa física deverá apresentar cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional além do Cadastro de Pessoa Física (CPF);

**11.3.2.4. Serão exigidos** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional além do Cadastro de Pessoa Física (CPF), será exigida do sócio majoritário, administrador e procurador de licitantes;

**11.3.2.5. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**11.3.2.6. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**11.3.2.7.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**11.3.2.8. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**11.3.2.9. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**11.3.2.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**11.3.2.11. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**11.3.2.12.** Ato de autorização para o exercício da atividade do Objeto.



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

**11.3.2.13.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**11.3.2.14.** Em havendo dúvidas, poderão ser exigidas as certidões atualizadas dos órgãos emissores do registro comercial.

#### 11.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista

**11.4.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**11.4.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**11.4.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**11.4.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; **11.4.5.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Estadual**, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**11.4.6.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**11.4.7.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**11.4.8.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### 11.5. Qualificação Econômico-Financeira

**11.5.1.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

**11.5.2.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

**11.5.2.1.** Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

Rua Vânio Ghellere, 64 – Centro - CEP 85877-000 – São Miguel do Iguaçu - Paraná

[www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – [licitacoes@saomiguel.pr.gov.br](mailto:licitacoes@saomiguel.pr.gov.br) (45) 3565-8139





ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

**11.5.2.2.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

**11.5.2.3.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**11.5.2.4.** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

**11.5.2.5.** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.

**11.5.2.6.** Nos termos do Acórdão do TCU 133/2022, no caso de prestação de serviços, o microempreendedor individual (MEI) deve apresentar, quando exigido para fins de qualificação econômico-financeira, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social, ainda que dispensado da elaboração do referido balanço pelo Código Civil (art. 1.179, § 2º, da Lei 10.406/2002).

**11.5.2.7.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

**11.5.2.8.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

## **11.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**11.6.1.** Para fins de Qualificação Técnica, o licitante deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da contratação.

### **11.6.2. Vistoria Técnica (Facultativa) – Anexo IV ou V**

**11.6.2.1.** Será exigida a apresentação de Termo de Vistoria Técnica **ou** Declaração de Dispensa de Vistoria, com a finalidade de evitar a subestimação da proposta em razão da especificidade logística e operacional do objeto.

**11.6.2.2.** A vistoria prévia é considerada facultativa, podendo ser dispensada mediante declaração formal da licitante.

**11.6.2.3.** Caso a licitante entenda necessária a realização da vistoria, esta poderá ser previamente agendada com a DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA – ANA



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

LAURA MARTINS (PORTARIA Nº 010/2025), pelo e-mail [martensanalaure@gmail.com](mailto:martensanalaure@gmail.com), telefone (45) 3565-8100 – ramal 4885, ou outro servidor designado pela Administração.

**11.6.2.4.** Nos termos do art. 63, §4º, da Lei nº 14.133/2021, caso os licitantes optem por realizar vistoria prévia, a Administração disponibilizará datas e horários distintos para os interessados.

**11.6.2.5.** A vistoria poderá ser realizada por representante legal da empresa ou por responsável técnico devidamente habilitado.

**11.6.2.6.** O prazo para realização da vistoria iniciar-se-á no primeiro dia útil após a publicação do Edital e encerrar-se-á no dia útil imediatamente anterior à data da sessão pública.

**11.6.2.7.** Alegações posteriores de desconhecimento das condições locais não serão aceitas como justificativa para inadimplemento contratual.

### 11.6.3. Qualificação Técnico-Operacional

**11.6.3.1.** Apresentação de atestado (s) de capacidade técnica, emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante executou ou executa serviços compatíveis com o objeto desta licitação, em quantitativo de no mínimo 30% do previsto na tabela referencial (30% de 12.000 kg - sendo 3.600 kg), contemplando, no mínimo:

- a) Coleta e transporte de resíduos de serviços de saúde;
- b) Tratamento e destinação final ambientalmente adequada;
- c) Atendimento às normas sanitárias e ambientais aplicáveis.

**11.6.3.2.** O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo:

- I. Identificação do contratante;
- II. Descrição clara dos serviços executados;
- III. Período de execução;
- IV. Quantitativos aproximados;
- V. Declaração de desempenho satisfatório.

**11.6.3.3.** Será admitido o somatório de atestados para comprovação da capacidade mínima exigida.

**11.6.3.4.** Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante.

**11.6.3.5.** Para confirmação da veracidade dos atestados, a Administração poderá diligenciar e solicitar documentos complementares, tais como notas fiscais, contratos, ordens de serviço ou contatos do emitente.

### 11.6.4. Responsável Técnico

**11.6.4.1.** Apresentar registro ou inscrição no conselho de classe, do responsável Técnico inscrito no CRBio (Biólogos), ou outro profissional equivalente registrado em conselho de classe



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

correspondente, e que comprove regular competência técnica para prestação dos serviços descritos no objeto.

**11.6.4.2.** A Comprovação de vínculo com a empresa licitante do responsável técnico legalmente habilitado, com registro no conselho profissional competente, poderá ser comprovado pela apresentação de um dos seguintes documentos:

- a) Contrato social ou estatuto;
- b) Registro em CTPS;
- c) Contrato de prestação de serviços;
- d) Declaração de compromisso de vinculação futura.

## 11.6.5. Licenças Ambientais e Sanitárias

**11.6.5.1.** Apresentação de licença ambiental válida para:

- a) Coleta e transporte de resíduos de serviços de saúde;
- b) Operação da unidade de tratamento e destinação final.

**11.6.5.2.** Apresentação de alvará ou licença sanitária vigente.

## 11.6.6. Frota e Sistema de Rastreabilidade

**11.6.6.1.** Declaração de disponibilidade de frota adequada e licenciada para transporte de resíduos de serviços de saúde.

**11.6.6.2.** Declaração de que a empresa dispõe de sistema de rastreabilidade, com emissão de MANIFESTO DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS – MTR E CERTIFICADO DE DESTINAÇÃO FINAL – CDF.

## **COOPERATIVAS:**

**11.7.** Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

**11.7.1.** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

**11.7.2.** A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

**11.7.3.** A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

**11.7.4.** O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

**11.7.5.** A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

**11.7.6.** Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: **a.** ata de fundação;

- b.** estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c.** regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d.** editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e.** três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- f.** ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

**11.7.7.** A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

**11.8.** Na forma do Inciso I do artigo 70 da Lei 14133/2021, a documentação relativa à habilitação e qualificação poderá ser apresentada em original, cópia autenticada por servidor, cópia autenticada em cartório ou qualquer outro meio expressamente admitido em lei.

**11.9.** A documentação comprobatória da habilitação e qualificação poderá ser substituída por registro cadastral emitido pelo SICAF, desde que atualizada, e permita a consulta e verificação pelo município.

**11.10.** As certidões e documentos que não tiveram prazo de validade informado, terão como data de validade 60 (sessenta) dias após a sua emissão.

## **12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1.** A existência de disponibilidade orçamentária com a respectiva indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica da despesa é uma imposição legal. Nesse ponto, convém citar o artigo 10, inciso IX, da Lei 8.429, de 1992, e o art. 105, da Lei nº 14.133, de 2021. **11.2.** Conforme parecer contábil anexo, as despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município ano **2026**.

**11.3.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**11.4.** A presente contratação não enseja a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, para fins do artigo 16 da Lei Complementar 101/2000.

**11.5.** Fontes dos recursos para a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos gerados nas unidades de saúde do município encontrasse no parecer contábil em Anexo a pasta desse processo.



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

## 12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E METODOLOGIA DE FORMAÇÃO DO PREÇO

**12.1.** O valor máximo estimado da contratação é de **R\$ 167.640,00 (cento e sessenta e sete mil, Seiscentos e quarenta reais)**, conforme custos unitários indicados na tabela constante do item 1.1 deste Termo de Referência.

**12.2.** A metodologia adotada para formação do preço de referência foi a média dos preços obtidos nas fontes de pesquisa consideradas válidas.

**12.3.** A estimativa orçamentária observou o disposto no **art. 23 da Lei nº 14.133/2021** e no **art. 26 do Decreto Municipal nº 115/2023**, tendo sido realizada pesquisa de preços junto às seguintes fontes:

### 12.3.1. PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas:

Foi considerada a mediana dos preços de contratações similares disponíveis na plataforma, conforme certidão de consulta juntada aos autos.

### 12.3.2. Contratações anteriores do Município:

Foi identificada contratação própria do Município de São Miguel do Iguaçu, realizada por meio do **Pregão Eletrônico nº 65/2021**, e seus respectivos aditivos os quais se encerram no mês 04/2026 utilizada como parâmetro histórico de referência. -

<https://saomigueldoiguacu.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/contratos/detalhes?id=6ba>

[6a56d-2f68-496d-a52b-63f8eb558b3c](#)

### 12.3.3. Painel de Preços em Saúde – PPS (antigo BPS):

Verificou-se que o PPS não apresenta registros específicos de preços para serviços de **coleta, tratamento e destinação de resíduos hospitalares**, conforme certidão juntada ao processo.

#### 12.3.3.1. Contratações similares de outros entes públicos:

Foram analisadas contratações similares realizadas por entes da Administração Pública, em execução ou concluídas em período inferior a 01 (um) ano da data da pesquisa, conforme registros constantes no seguintes endereços

<https://pncp.gov.br/app/editais/76416932000181/2025/252> referente a Divisão de Compras da Polícia Penal do Paraná – CNPJ:76.416.932/0001-81 no município de Curitiba.

**12.3.3.2.** <https://pncp.gov.br/app/editais/76416940000128/2024/1457> Referente a ASSOCIACAO REGIONAL DE SAUDE SUDOESTE - CNPJ nº 00.333.678/0001-96, cidade de Francisco Beltrão/PR cujas evidências encontram-se anexadas aos autos.



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

**12.3.3.3.** <https://pncp.gov.br/app/editais/76416940000128/2023/1911> Referente a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ: 75.458.836/0001-33 **12.3.4. Pesquisa direta junto a fornecedores especializados:**

Foram realizadas tentativas de obtenção de orçamentos junto a empresas especializadas no ramo, contudo, somente a **TRANSREMOVE D LANZARINI & CIA LTDA – CNPJ:**

**82.286.501/0001-40, ENDERÇO: R IGUAÇU 991 – BAIRRO IPE – Medianeira – telefone: 45999735882 e-mail: [transremove@transremove.com.br](mailto:transremove@transremove.com.br)** passou orçamento. outras empresas do ramo não deu retorno dentro do prazo necessário, conforme atestado de solicitação de orçamentos juntado ao processo.

### **12.3.5. Consulta ao Programa Nota Paraná:**

Também foram realizadas consultas no sistema Nota Paraná, não sendo identificados registros compatíveis com o objeto, conforme certidão anexada.

**12.4.** As referências de preços foram analisadas de forma crítica, visando verificar a **compatibilidade técnica, operacional e quantitativa** entre os objetos pesquisados e o objeto a ser contratado.

**12.4.1.** Foram desconsiderados valores que apresentaram inconsistência, desatualização, escopo incompatível ou ausência de detalhamento suficiente.

**12.4.2.** O valor final estimado reflete a média dos preços considerados válidos, atendendo aos princípios da economicidade, razoabilidade e vantagem para a Administração.

### **12.5. Da justificativa para utilização exclusiva de orçamentos de compras públicas**

**12.5.1.** Para a formação do valor estimado da presente contratação, foram utilizadas exclusivamente referências provenientes de contratações públicas realizadas por outros entes da Administração, tendo em vista que as empresas privadas do ramo, quando consultadas, optaram por não encaminhar orçamentos formais.

**12.5.2. Ressalta-se que foram realizadas diversas tentativas de obtenção de cotações junto a fornecedores especializados, por meio de:**

- A. envio de solicitações por correio eletrônico (e-mail);
- B. contatos diretos via aplicativos de mensagens (WhatsApp);
- C. contatos telefônicos.

Todavia, tais diligências não obtiveram êxito, restando infrutífera a obtenção de propostas comerciais válidas no mercado privado.

**12.5.3.** Diante dessa realidade, e visando garantir a adequada formação do preço estimado, a Administração adotou como parâmetro consultas a contratações similares realizadas por

Rua Vânio Ghellere, 64 – Centro - CEP 85877-000 – São Miguel do Iguaçu - Paraná

[www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – [licitacoes@saomiguel.pr.gov.br](mailto:licitacoes@saomiguel.pr.gov.br) (45) 3565-8139





ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

outros Municípios, devidamente registradas em sistemas oficiais de compras públicas, assegurando:

- A. Transparência;
- B. Rastreabilidade;
- C. Confiabilidade das informações;
- D. Aderência aos princípios da economicidade e da razoabilidade.

**12.5.4.** Tal procedimento encontra amparo no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e nas orientações dos órgãos de controle, que autorizam a utilização de bases públicas oficiais como fonte válida para pesquisa de preços quando inexistentes cotações diretas do mercado.

## **13. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**13.1.** A presente contratação não se desenvolve pelo Sistema de Registro de Preços.

**13.1.2.** A presente contratação seguirá por meio de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico e seguiu a metodologia usual de formação de preços, não sendo necessário adaptações.

## **14. REAJUSTE, REVISÃO E REPACTUAÇÃO**

**14.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo **de um ano** contado a partir da data da formalização que deu origem ao Contrato, com a data da sessão pública (no caso de Pregão Eletrônico), ou apresentação da proposta, devendo ser considerada a que ocorreu posteriormente.

**14.1.2.** Após o intervalo de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação exclusiva para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**14.1.3.** O reajuste será promovido de ofício pelo contratante, mediante a aplicação do MENOR ÍNDICE dentre os dois a seguir:

- a) INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor;
- b) IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo;

**14.1.4.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**14.1.5.** No caso de atraso ou não divulgação dos índices de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo sejam divulgados os índices definitivos.

**14.1.6.** Nas aferições finais, os índices utilizados para reajuste serão, obrigatoriamente, os definitivos.



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

**14.1.7.** Caso os índices estabelecidos para reajuste venham a ser extintos ou de qualquer forma não possam mais ser utilizados, serão adotados, em substituição, os que vierem a ser determinados pela legislação então em vigor.

**14.1.8.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**14.1.9.** O reajuste será realizado por apostilamento.

**14.2. A REVISÃO** - do Contrato tem respaldo a TEORIA DA IMPREVISÃO, e decorre de externalidade causadora da do desequilíbrio da equação econômico-financeira do Contrato, tendo assento em FATO SUPERVENIENTE, IMPREVISÍVEL OU PREVISÍVEL DE CONSEQUÊNCIAS

INCALCULÁVEIS, anormal e indesejado e extraordinário.

**14.2.2.** Poderá a equação ser revista a qualquer tempo, desde que verificadas a incidência cumulativa de:

- a) Evento Futuro e Incerto;
- b) De Ocorrência Posterior a Apresentação da Proposta;
- c) Ausência de Culpa da Contratada;
- d) Alteração Desproporcional dos Encargos Assumidos pela Contratada face à retribuição do

Contratante;

e) Existência de nexo causal entre a alteração dos custos com o evento e a necessidade de recomposição da remuneração correspondente, em função da MAJORAÇÃO ou MINORAÇÃO dos encargos assumidos pela Contratada;

f) Seja demonstrada a RUPTURA da equação de equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstra que a contratação se tornou inviável nas condições inicialmente pactuadas.

**14.3. REPACTUAÇÃO;**

**14.3.2.** Não será concedida a REVISÃO CONTRATUAL, quando for hipótese de REPACTUAÇÃO e o fundamento da REVISÃO se pautar em duplicidade de incidência, isto é, uma mesma situação não pode ensejar ambas benéficas sobre o mesmo fundamento e na mesma parcela de custos.

**14.3.3.** O gestor do contrato deverá responder o pedido de REVISÃO CONTRATUAL em até **45 (quarenta e cinco) dias**, contados da data do fornecimento da documentação.

**14.3.4.** Nos casos em que a contratação prever a utilização de mão-de-obra em regime de exclusividade, **SOMENTE** para os indicadores relativo aos custos de mão-de-obra com CBO devidamente indicado na planilha de formação de preço base, deverá, após a lavratura do respectivo instrumento coletivo assinado pelo Sindicato e registrado no MTE (ou órgão equivalente), o CONTRATADO, solicitar a **REPACTUAÇÃO**, instruindo seu pedido com documentos pertinentes para aferição do valor a ser repactuado. e a devida correção

Rua Vânio Ghellere, 64 – Centro - CEP 85877-000 – São Miguel do Iguaçu - Paraná

[www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – [licitacoes@saomiguel.pr.gov.br](mailto:licitacoes@saomiguel.pr.gov.br) (45) 3565-8139



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

**14.3.5. A repactuação** incidirá apenas sobre a parcela da mão-de-obra em regime de dedicação exclusiva.

**14.3.5.1.** Caso venha a ter fornecimento de insumos associados, o reajuste das se dará pelas regras da subcláusula 14.1. E demais subdivisões.

**14.3.5.2.** O gestor do contrato deverá responder o pedido de repactuação de preços em até 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data do fornecimento da documentação.

**14.3.5.3.** A formalização da repactuação se dará mediante apostila, consoante §2º do artigo 168 do Decreto 115/2023, eis que compreende simples ajuste da planilha orçamentária.

## **15. OBRIGAÇÃO DOS PARTICIPANTES DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO E DOS FUTUROS CONTRATADOS**

**15.1.** São obrigações da Administração Pública Contratante:

**15.1.2.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com este termo de referência, Edital e contrato, bem como seus respectivos anexos;

**15.1.3.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**15.1.4.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**15.1.5.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**15.1.6.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

**15.1.7.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

**15.1.8.** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

**15.1.9.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**15.1.10.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**15.1.11.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Rua Vânio Ghellere, 64 – Centro - CEP 85877-000 – São Miguel do Iguaçu - Paraná

[www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – [licitacoes@saomiguel.pr.gov.br](mailto:licitacoes@saomiguel.pr.gov.br) (45) 3565-8139



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

## **15.2. São Obrigações daqueles que participam do processo de seleção e contratação pública:**

**15.2.2.** Atentar as comunicações realizadas pelos pregoeiros ou agentes de contratação;

**15.2.3.** Entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**15.2.4.** Manter os termos da proposta apresentada até a assinatura do contrato;

**15.2.5.** Enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**15.2.6.** Apresentar no prazo e local, a amostra quando exigida;

**15.2.7.** Celebrar o contrato e assinar a Ata de Registro de Preços, quando demandado pelo Poder Público;

**15.2.8.** Entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**15.2.9.** Atuar de boa-fé, e com independência, moralidade, justiça e transparência em seus atos; **15.2.10.** Apresentar na proposta produtos e serviços nas quantidades e qualidades exigidas no termo de referência;

**15.2.11.** Cumprir as condições e termos de participação no processo de contratação pública;

**15.2.12.** Não provocar atos e incidentes com vistas unicamente a tumultuar ou prejudicar o andamento do certame;

**15.2.13.** Assumir integralmente os riscos e os custos de sua proposta e de participação no certame ou contratação publicação;

## **15.3. São obrigações do Contratado:**

**15.3.2.** Cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**15.3.3.** Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

**15.3.4.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**15.3.5.** Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

**15.3.6.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**15.3.7.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**15.3.8.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**15.3.9.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou

Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**15.3.10.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

**15.3.11.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

**15.3.12.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**15.3.13.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para a qualificação, na contratação direta (art. 92, inciso XVI, da Lei 14133/2021);

**15.3.14.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133/2021);

**15.3.15.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a obrigação prevista ao item 14.3.12, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

Rua Vânio Ghellere, 64 – Centro - CEP 85877-000 – São Miguel do Iguaçu - Paraná

[www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – [licitacoes@saomiguel.pr.gov.br](mailto:licitacoes@saomiguel.pr.gov.br) (45) 3565-8139



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

**15.3.16.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**15.3.17.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

**15.3.18.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

**15.3.19.** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

**15.3.20.** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

**15.3.21.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina, inclusive orientando e fornecendo os EPI - Equipamentos de Proteção Individual e locais adequados de descanso para seus empregados

**15.3.22.** Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

**15.3.23.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**15.3.24.** Comprovar o cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato;

**15.3.24.1.** Nas obrigações e serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o contratado deverá apresentar, mensalmente e quando solicitado pela Administração, além das disposições indicadas ao item 14.3.22, o registro de ponto; o recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário; comprovante de depósito do FGTS; o recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional; o recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato; o recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

Rua Vânio Ghellere, 64 – Centro - CEP 85877-000 – São Miguel do Iguaçu - Paraná

[www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – [licitacoes@saomiguel.pr.gov.br](mailto:licitacoes@saomiguel.pr.gov.br) (45) 3565-8139





ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

**15.3.25.** Prestar a Garantia da Execução contratual, nos termos e formas exigidas pelo Edital e Lei 14133/2021

**15.3.26.** Reparar, integralmente, independente de aplicação de penalidades, eventual prejuízo causado ao erário.

**15.4.** O estabelecimento das disposições aos itens 14.1, 14.2, 14.3, não impede o estabelecimento de obrigações específicas previstas no Edital e no Contrato, bem como não exclui as obrigações que decorrem de lei, que independem de previsão nestes documentos.

**15.5.** Apresentação no início da execução dos serviços, de relação nominal dos colaboradores que poderão acessar as unidades municipais, com documentos de identificação, devendo ser atualizada sempre que houver alterações.

## **16. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**16.1. Comete infração administrativa,** nos termos da lei, aquele que participar do processo de licitação ou contratação, e agir com dolo ou culpa incidido em conduta que:

- I- De causa à inexecução parcial do contrato;
- II- De causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III- de causa à inexecução total do contrato;
- IV- Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V- Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI- Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII- Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar

declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

- IX- Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X- Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI- Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII- Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**16.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:**

**16.2.2.** Advertência;



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

**16.2.2.1.** A sanção **advertência** será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14133/2021 - ***dar causa à inexecução parcial do contrato***, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**16.2.3. multa;**

**16.2.3.1.** A sanção de multa, prevista no artigo 156, II, da Lei 14.133/2021, fundamentada pelo § 3º, será calculada na forma do edital ou contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da Lei de Licitações, de acordo com a tabela de dosimetria de penas, anexo apartado deste termo, após o devido processo administrativo, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**16.2.4. Impedimento de licitar e contratar;**

**16.2.4.1.** A **sanção impedimento de licitar e contratar**; será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14133/2021, quais sejam: ***II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; III - dar causa à inexecução total do contrato; IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame; V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;***

**16.2.4.2.** quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**16.2.5.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**16.2.5.1.** A sanção prevista no **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**. será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14133/2021, quais sejam: ***VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.*** bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo, q quais sejam: ***II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; III - dar causa à inexecução total do contrato; IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame; V - não***

Rua Vânio Ghellere, 64 – Centro - CEP 85877-000 – São Miguel do Iguaçu - Paraná

[www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – [licitacoes@saomiguel.pr.gov.br](mailto:licitacoes@saomiguel.pr.gov.br) (45) 3565-8139



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

*manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;* que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**16.3.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, **cumulativamente** ou não, à penalidade de multa.

**16.4.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**16.4.2.** A natureza e a gravidade da infração cometida.

**16.4.3.** As peculiaridades do caso concreto

**16.4.4.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes

**16.4.5.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública

**16.4.6.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

## PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE

**16.5.** Na aplicação de sanções será facultada a **defesa do interessado** no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**16.6.** As sanções de multa, de impedimento de licitar e contratar com o município de São Miguel do Iguaçu e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública serão aplicadas **mediante instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade, conduzido por comissão processante formada por, no mínimo, 3 (três) agentes públicos efetivos.**

**16.7.** O interessado será **notificado sobre a abertura do processo administrativo** para apuração de responsabilidade, para apresentação de defesa prévia, **no prazo da Lei Municipal nº 3.104/2018**, devendo indicar, já na defesa prévia, as provas que pretende produzir.

**16.8.** A comissão processante do processo administrativo para apuração de responsabilidade poderá, ao final do processo administrativo, arquivar o processo administrativo ou aplicar a penalidade de multa ou impedimento de licitar com o município de São Miguel do Iguaçu.

**16.8.2.** Da decisão que aplicar o impedimento de licitar com o município de São Miguel do Iguaçu caberá recurso administrativo, na forma da Lei Municipal nº 3.104/2018.



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

**16.9.** Nos casos em que a conclusão da comissão processante for pela aplicação de penalidade de **declaração de inidoneidade**, deverá ser **encaminhado parecer conclusivo ao Prefeito Municipal, que decidirá pela aplicação da penalidade ou seu arquivamento**, podendo devolvê-lo à comissão processante, para corrigir eventuais irregularidades processuais.

**16.9.2.** Da decisão que aplicar a declaração de inidoneidade caberá pedido de reconsideração, na forma da Lei Municipal nº 3763/2024, à mesma autoridade.

**16.10.** O recurso e o pedido de reconsideração terá **efeito suspensivo até sua decisão final** pelo Prefeito Municipal e sua utilização não poderá gerar reforma mais gravosa ao recorrente que a decisão recorrida.

**16.11.** As sanções aplicadas, de impedimento de licitar e contratar com o município de São Miguel do Iguaçu e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, serão **levadas a registro no Portal Nacional de Contratações Públicas, no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas, no Portal da Transparência mantido pela Controladoria-Geral da União, e no Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme o caso.**

**16.12.** Na hipótese de um mesmo licitante ou contratado ser sancionado com mais de 3 (três) multas pela Administração Municipal, mesmo que em contratos distintos, o Diretor de Licitações e Contratos deverá, considerando as informações dos gestores dos contratos, avaliar a conveniência da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidade mais gravosa e extinção dos contratos vigentes.

**16.13.** Sobrevindo novas condenações, no curso do período de vigência da sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, será somado ao período remanescente da sanção aplicada o tempo fixado nas novas decisões condenatórias.

**16.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**16.15.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**16.16.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, devendo ser contatado a Secretaria Municipal de Finanças ou órgão que a substituir, para instrução do recolhimento.

**16.17.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com

Rua Vânio Ghellere, 64 – Centro - CEP 85877-000 – São Miguel do Iguaçu - Paraná

[www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – [licitacoes@saomiguel.pr.gov.br](mailto:licitacoes@saomiguel.pr.gov.br) (45) 3565-8139



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**16.18.** O Município deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**16.19.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**16.20.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

São Miguel do Iguaçu, 24 de fevereiro de 2026.

**FERNANDA MOREIRA PRESTES**  
Secretária Municipal de Saúde  
Decreto nº 043/2025



ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

## ANEXO II

### MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

(DEVE SER ELABORADA EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE)

PROPONENTE:

N.º CNPJ:

ENDEREÇO COMPLETO:

PESSOA PARA CONTATOS:

TELEFONES:

E-MAIL:

A proposta precisa contemplar os seguintes dados: quantidade prevista no edital, valor unitário do item, marca e modelo.

Item	Descrição	Und.	Quant.	Valor unit. R\$	Valor total r\$
Valor total da proposta					

Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto;

Identificar o preposto que representará a empresa junto ao município de São Miguel do Iguaçu – PR, para o acompanhamento da execução do contrato, indicando o e-mail e telefone para contato.

Prazo de validade de: xx (mínimo 60) dias, contados da data de abertura da licitação.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Representante legal





ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

## ANEXO III

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/202X QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU-PR E [NOME DA CONTRATADA]**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES Nº 049/2026**

[Pregão Eletrônico Nº XXX/202X]

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Vânio Ghellere, nº 64, inscrito no CNPJ nº 76.206.499/0001-50, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de \_\_\_\_\_, o(a) senhor(a) \_\_\_\_\_, Matrícula nº \_\_\_\_\_, por delegação do Prefeito Municipal, por delegação do Prefeito Municipal, conforme Decreto Municipal nº 043/2025 e art. 58 do Decreto Municipal nº 115/2023

**CONTRATADA:** NOME FORNECEDOR, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede à Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_, Bairro \_\_, na cidade de \_\_\_\_ – Estado, CEP: \_\_, Telefone (\_\_\_\_)\_\_\_\_, e-mail: \_\_, neste ato devidamente representada pelo(a) Sr(a). \_\_, portador(a) do CPF nº \_\_\_\_.

As partes, devidamente qualificadas, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ao Decreto Municipal 115/2023 e demais normas e legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do processo de contratação indicado acima e regido pelas condições definidas no Termo de Referência (Anexo I deste contrato), mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, incisos I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na prestação de **serviços contínuos de coleta, transporte, tratamento e destinação final** ambientalmente adequada de resíduos sólidos gerados nas unidades de saúde do município, em conformidade com a legislação sanitária e ambiental vigente, especialmente a RDC ANVISA nº 222/2018, a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei nº 12.305/2010) e demais normas aplicáveis.

1.2. O objeto detalhado, incluindo especificações técnicas, unidades de medida, quantidades e valores unitários e totais, consta da Tabela da Seção 1.1 do Termo de Referência (Anexo I deste Contrato).

1.3. A divisão do objeto (itens únicos ou grupos) está definida no TR Seção 1.2.1.4. As rotinas de execução, locais, horários, materiais/equipamentos necessários, exigências de validade (se aplicável), e demais condições de execução estão detalhadas nas Cláusulas 6ª (Modelo de Execução) e 7ª (Modelo de Gestão) do Termo de Referência (Anexo I).

1.5. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.5.1. O Termo de Referência (Anexo I);

1.5.2. O Estudo Técnico Preliminar (ETP), para fins de consulta e justificativas;]

1.5.3. O Edital da Licitação Nº [Inserir Nº Edital]/202X e seus anexos;

1.5.4. A Proposta da CONTRATADA;

Rua Vânio Ghellere, 64 – Centro - CEP 85877-000 – São Miguel do Iguaçu - Paraná

[www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – [licitacoes@saomiguel.pr.gov.br](mailto:licitacoes@saomiguel.pr.gov.br)  (45) 3565-8139



1.5.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA (art. 92, VII)

2.1. Por se tratar de fornecimento ou prestação de serviços de natureza continuada (conforme TR Seção 2.3.2 ou 2.3.3), o prazo de vigência inicial da contratação é de 12 (doze) meses, com início na data de (data) e encerramento em (data), prorrogável por sucessivos períodos até o limite de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que atendidos os requisitos abaixo e demonstrada a vantajosidade.

2.1.1. A prorrogação é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, e ao cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Demonstração formal da natureza continuada do serviço/fornecimento;
- b) Relatório que comprove a execução regular dos serviços no período anterior;
- c) Justificativa escrita do interesse público na continuidade;
- d) Manifestação expressa da CONTRATADA quanto ao interesse na prorrogação;
- e) Comprovação de manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA.

**2.1.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.**

**2.1.3. A prorrogação será formalizada mediante termo aditivo, celebrado e publicado durante a vigência do contrato.**

**2.1.4. Nas prorrogações, custos não renováveis já pagos ou amortizados deverão ser excluídos da planilha.**

**2.1.5. O contrato não poderá ser prorrogado se a CONTRATADA estiver sob sanção de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público.,**

## CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual **Empreitada por Preço Unitário**, os modelos de **gestão e de execução, os métodos, rotinas, etapas, procedimentos, frequência, periodicidade, locais, materiais/equipamentos a serem disponibilizados, prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam detalhadamente nas Cláusulas 6ª (Modelo de Execução), 7ª (Modelo de Gestão) e 8ª (Regime de Fiscalização) do Termo de Referência (Anexo I)**, que é parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.

## CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO (art. 92, III)

Vedação à Subcontratação:

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, pelas razões justificadas no Termo de Referência, Seção 5.6 (itens 5.6.1 a 5.6.4).

## CLÁUSULA QUINTA - PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$ [Inserir valor global] ( [Valor por extenso] ), conforme Tabela após competição.



5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

5.3. O valor acima é fixo

## **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. Os critérios de medição, os procedimentos de recebimento provisório e definitivo, a liquidação da despesa, a forma de pagamento, as retenções tributárias e previdenciárias aplicáveis e os prazos para pagamento estão detalhados na Cláusula 9ª do Termo de Referência (Anexo I), que é parte integrante deste Contrato e deve ser rigorosamente observado.

6.2. A aplicação de Instrumento de Medição de Resultado (IMR), se prevista no TR Seção 9.2.4, seguirá as regras ali estabelecidas.

6.3. A necessidade e as regras para utilização de Conta-Depósito Vinculada (para serviços com DEMO), se aplicável conforme TR Seção 2.3.3, estão definidas no TR Seção 9.38 a 9.50.

6.4. A antecipação de pagamento NÃO É PERMITIDA OU É PERMITIDA NAS CONDIÇÕES EXCEPCIONAIS DO TR SEÇÃO 9.36.

6.5. Eventual cessão de crédito seguirá o disposto no TR Seção 9.37 e na legislação aplicável.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE, REPACTUAÇÃO E REVISÃO (Art 92, V)**

7.1. O regime de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro seguirá o disposto na Cláusula 13 do Termo de Referência (Anexo I), aplicando-se, quando for o caso, o Reajuste, a Repactuação e a Revisão previstos no TR 13.

7.2. O reajuste anual dos preços (exceto para parcela de mão de obra em contratos ) ocorrerá conforme o menor índice entre [INPC e/ou IPCA - Conforme TR 13.1.1.1], após 12 meses da data da planilha orçamentária, conforme definido no TR 13.1.

7.3. A repactuação dos custos de mão de obra ocorrerá após a convenção ou acordo coletivo, mediante solicitação da CONTRATADA, conforme regras do TR 13.3.

7.4. A revisão para reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser solicitada em caso de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que alterem fundamentalmente a equação do contrato, observados os requisitos do TR 13.2.

## **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações da CONTRATANTE, além daquelas previstas na Cláusula 14.2 do Termo de Referência (Anexo I) e na Lei nº 14.133/2021:

- a) Exigir o cumprimento das obrigações da CONTRATADA;
- b) Receber o objeto conforme o TR;
- c) Notificar a CONTRATADA sobre inconformidades;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução;
- e) Efetuar os pagamentos devidos;
- f) Aplicar sanções, se cabível;
- g) Responder às solicitações da CONTRATADA;
- h) Notificar garantidores sobre processos sancionatórios;

Rua Vânio Ghellere, 64 – Centro - CEP 85877-000 – São Miguel do Iguaçu - Paraná

[www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – [licitacoes@saomiguel.pr.gov.br](mailto:licitacoes@saomiguel.pr.gov.br)  (45) 3565-8139



i) Realizar reunião inicial (se aplicável).

8.2. A CONTRATANTE não responde por compromissos da CONTRATADA com terceiros.

## CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

### BLOCO 1: Para Fornecimento de BENS:

9.1. São obrigações da CONTRATADA, além daquelas previstas na Cláusula 14.3 (Gerais) e 14.4.1 (Bens Comuns) do Termo de Referência (Anexo I), que integra este contrato, e na Lei nº 14.133/2021:

- a) Entregar os bens conforme especificações, prazos e locais definidos no TR (Cláusula 6.3), acompanhados de manuais e documentação pertinente (TR 14.4.1.1);
- b) Responsabilizar-se por vícios e danos conforme CDC ou regra de garantia própria do certame (TR 14.4.1.2);
- c) Comunicar impossibilidade de cumprimento de prazo (TR 14.4.1.3);
- d) Atender tempestivamente às determinações da fiscalização;
- e) Reparar, corrigir ou substituir bens com defeitos (TR 14.3.3);
- f) Responsabilizar-se por danos a terceiros (TR 14.3.4);
- g) Apresentar documentos de regularidade fiscal, previdenciária, com FGTS e trabalhista junto com a Nota Fiscal (TR 14.4.1.4);
- h) Cumprir todas as obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias e comerciais (TR 14.3);
- i) Manter as condições de habilitação durante toda a execução (TR 14.3.5);
- j) Cumprir reserva de cargos (PCD/Aprendiz), se aplicável (TR 14.3);
- k) Guardar sigilo sobre informações que venha a ter em razão do contrato (TR 14.3.6);
- l) Assumir ônus por erro de dimensionamento na proposta (TR 14.3.7);
- m) Cumprir normas de segurança;
- n) Cumprir regras da LGPD (TR 14.5);
- o) Não empregar menores irregularmente (TR 14.3.12);
- p) Prestar garantia de execução, se exigida no TR 5.7 (TR 14.3.13).

## CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto ao tratamento de dados pessoais.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

Não Exigência de Garantia:

11.1. Não haverá exigência de garantia para a execução deste contrato, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar e definido no TR Seção 5.7.1.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. A CONTRATADA comete infração administrativa sujeita às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 (Art. 155 detalhadas na Cláusula 15 do Termo de Referência (Anexo I), caso incida, com dolo ou culpa, em qualquer das condutas ali descritas (inexecução parcial/total, atraso, não entrega de documentos, fraude, declaração falsa, etc.).



12.2. As sanções aplicáveis, garantido o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo próprio, que segue a Lei 14133/2021, suplementada no que couber pela Lei Municipal nº 3763/2024, e que são:

a) Advertência;

b) Multa A sanção prevista na multa, calculada na forma da Lei Municipal nº 3.763/2024 e Decreto Municipal nº 470/2025, sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14133/2021, recolhida no prazo máximo de (30) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

c) Impedimento de Licitar e Contratar com o Município (até 3 anos);

d) Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar com a Administração Pública (3 a 6 anos).

12.3. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme TR 15.3 e Art. 156, §2º da Lei nº 14.133/2021.

12.4. Na aplicação das sanções serão considerados os critérios do Art. 156, §1º da Lei nº 14.133/2021, detalhados no TR 15.15.

12.5. O **procedimento para apuração de responsabilidade e aplicação de sanções, incluindo prazos para defesa e recursos, seguirá o disposto no TR Seção 15.5 e na legislação aplicável.**

12.6. **As sanções serão registradas nos cadastros nacionais (CEIS, CNEP, PNCP), do TCE PR, e Cadastro Municipal, conforme TR 15.18.**

12.7. A CONTRATADA poderá pleitear reabilitação após cumprir as condições legais, conforme TR 15.19.

12.8. **A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada nos casos de abuso, conforme TR 15.17 e Art. 160 da Lei nº 14.133/2021.**

12.9. A aplicação de sanções **não exclui a obrigação de reparar integralmente os danos causados.**

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O presente contrato poderá ser **extinto nas hipóteses previstas nos artigos 137 e 138** da Lei nº 14.133/2021, detalhadas no TR Seção 3.21 e 3.22 (conforme a natureza do contrato), assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2. A **extinção unilateral** pela CONTRATANTE será formalmente motivada e seguirá o procedimento legal, podendo acarretar as consequências previstas no art. 139 da Lei nº 14.133/2021 (assunção do objeto, execução da garantia, retenção de créditos, etc.).

13.3. O termo de extinção registrará, sempre que possível, **o balanço dos eventos contratuais, pagamentos efetuados/devidos e indenizações/multas.**

13.4. A extinção não impede o reconhecimento de desequilíbrio econômico-financeiro e eventual indenização.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:



# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

09.001.10.301.0011.2.017.339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 303-Saúde/Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)

09.001.10.302.0011.1.106.339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 505-Royalties Tratado de Itaipu Binacional

09.001.10.301.0011.2.017.339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 505-Royalties Tratado de Itaipu Binacional

09.001.10.301.0011.2.017.339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 4494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde federal

09.001.10.301.0011.2.103.339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 4494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde federal

09.001.10.301.0011.2.103.339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 303-Saúde/Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)

09.001.10.302.0011.1.106.339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 6494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde Estadual

09.001.10.301.0011.2.103.339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 6494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde Estadual

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, se houver prorrogação, será indicada mediante apostilamento.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS E CONFLITOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, com base na Lei nº 14.133/2021, legislações correlatas, nos princípios gerais de direito e nas disposições deste Contrato e do Termo de Referência.

15.2. As cláusulas contratuais serão interpretadas conforme a boa-fé objetiva, moralidade, probidade administrativa, transparência e segurança jurídica. [source: 1198]

15.3. A relação entre as partes pautar-se-á pelo respeito mútuo, cordialidade, diálogo e pontualidade.

14.4. Este termo de contrato é apenas um resumo do disposto no Termo de Referência e Edital, e em caso de divergência, deverá ser interpretado como manifestação da vontade de aderir as regras daqueles documentos, e por isso, no caso de aparente conflito de disposições, prevalecerá o contido no Termo de Referência, Edital, Ata e Contrato, nesta ordem.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO PROTOCOLO DE COMUNICAÇÕES

16.1. As comunicações entre as partes serão preferencialmente por meio eletrônico (e-mail, sistema oficial, WhatsApp conforme indicado).

### **16.2. Responsáveis pelas Comunicações:**

#### **16.2.1. Pela CONTRATANTE:**

**Gestor do Contrato:**

**Fiscal Técnico:**

**Fiscal Administrativo:**

**Fiscal Setorial:**

#### **16.2.2. Pela CONTRATADA:**





**Preposto:**

16.3. As comunicações ao Preposto indicado serão consideradas válidas, inclusive as realizadas por whatsapp e email informados, sendo a **responsabilidade da contratada**, a disponibilidade destes canais, inclusive por eventual falha, inoperancia de provedor da internet/email.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES AO CONTRATO

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, e conforme detalhado no TR Seção 4.1.13 a 4.1.17, podendo ser unilaterais (modificação técnica, acréscimo/supressão quantitativa até 25% ou 50% no caso de reforma) ou consensuais (substituição de garantia, modificação de regime/forma de pagamento, reequilíbrio).

17.2. As alterações não poderão transfigurar o objeto.

17.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar acréscimos/supressões nos limites legais.

17.4. Registros que não caracterizam alteração (reajuste, compensações, dados cadastrais, dotações) serão feitos por apostila.

17.5. **A formalização por termo aditivo é condição para execução da alteração**, salvo necessidade justificada de antecipação ou uso de apostila.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá à CONTRATANTE divulgar este instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Diário Oficial Eletrônico do Município e no Portal da Transparência Municipal, na forma da lei.

## CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO (art. 92, §1º)

19.1. Fica eleito o Foro da **Comarca de São Miguel do Iguaçu**, Estado do Paraná, para dirimir os litígios decorrentes da execução deste Contrato que não puderem ser solucionados administrativamente ou por meios alternativos de resolução de controvérsias.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA - DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Este Contrato e seus eventuais termos aditivos adotarão a forma eletrônica, com assinatura via plataforma oficial do município ou certificado digital ICP-Brasil, nos termos da Lei 14.063/2020 e Decreto Municipal nº 460/2024.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em formato digital.

São Miguel do Iguaçu-PR, [Data da Assinatura].

[Nome do Representante Legal da CONTRATANTE]

Secretário(a) Municipal de [Secretaria]

**CONTRATANTE**

[Nome do Representante Legal da CONTRATADA]

[Cargo do Representante]

**CONTRATADA**



ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU**

CNPJ 76.206.499/0001-50

**ANEXO IV**

**MODELO (EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

**ATESTADO DE VISITA (duas vias)**

Ref: EDITAL Pregão eletrônico N° \_\_\_\_/2026-PMSMI.

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para **prestação de serviços contínuos de coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos gerados nas unidades de saúde do município, em conformidade com a legislação sanitária e ambiental vigente, especialmente a RDC ANVISA nº 222/2018, a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei nº 12.305/2010) e demais normas aplicáveis**

Declaramos que o Sr.(a) \_\_\_\_\_, acionista/proprietário/titular da empresa Sr. \_\_\_\_\_ inscrito no CPF.MF. nº \_\_\_\_\_ e da cédula de identidade RG. nº \_\_\_\_\_ representante da proponente \_\_\_\_\_, localizada \_\_\_\_\_, número \_\_\_\_, Bairro – CEP: \_\_\_\_\_ – Município de \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_, devidamente credenciado, **visitou o local execução dos serviços do objeto acima citado**, do pregão em epigrafe, bem como tomou conhecimento de todo o Edital.

São Miguel do Iguaçu, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_

Nome e assinatura do servidor do Município:



ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU**

CNPJ 76.206.499/0001-50

**ANEXO V**

**MODELO (EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

**DECLARAÇÃO FORMAL DE RENÚNCIA DE VISTORIA**

Pregão eletrônico Nº \_\_\_\_/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada para **prestação de serviços contínuos de coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos gerados nas unidades de saúde do município, em conformidade com a legislação sanitária e ambiental vigente, especialmente a RDC ANVISA nº 222/2018, a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei nº 12.305/2010) e demais normas aplicáveis.**

Nome da Proponente:

CNPJ nº:

Endereço:

Fone:

E-mail:

O representante da (inserir o nome da proponente) Sr. (a) *(inserir o nome do representante)*, **DECLARA** que renuncia à vistoria aos locais e/ou instalações do objeto licitado, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas e/ou financeira para com a Contratante.

São Miguel do Iguaçu, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Assinatura

Nome do(a) Representante Legal

Cargo

CPF - RG